



RELATÓRIO ANUAL

2016

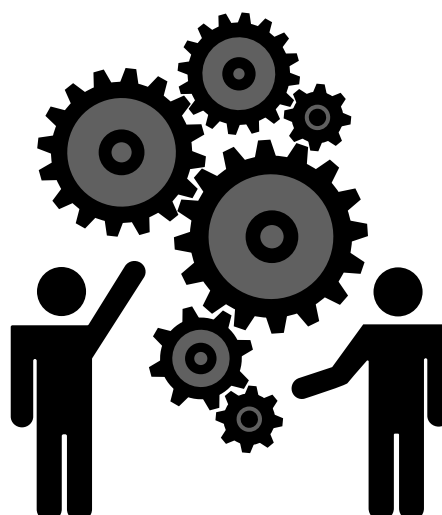
Trabalho pelo futuro

Apresentação

Cumprindo o que estabelece a Resolução N.º 13 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, de 1º de outubro de 2004, a Resolução N.º 23 do CGPC, de 23 de dezembro de 2006, a Instrução SPC N.º 21, de 07 de abril de 2008 e a Resolução N.º 02 do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, de 03 de março de 2011 aos dispositivos estatutários e regulamentares, a PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar apresenta, aos seus Participantes e às suas Patrocinadoras, o Relatório Anual das Atividades relativas ao exercício social de 2016, acompanhado das Demonstrações Contábeis e dos Pareceres do Atuário e dos Auditores Independentes e das Manifestações dos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

Sumário

Mensagem da Diretoria	4
PREVIG em números	5
A PREVIG em 2016	6
Comunicação e Relacionamento	8
Pesquisa de Satisfação	8
Programa de Educação Financeira e Previdenciária	9
Seguridade	10
Quadro de Participantes	10
Receitas Previdenciárias	11
Benefícios Pagos	12
Investimentos	13
Demonstrativos de Investimentos	13
Resumo da Política de Investimentos	18
Custeio Administrativo	28
Demonstrações Contábeis	29
Parecer atuarial - Plano BD	37
Parecer atuarial - Plano CD/BSPS	38
Parecer dos Auditores Independentes	39
Parecer do Conselho Fiscal	42
Parecer do Conselho Deliberativo	43
Notas Explicativas	44



Mensagem da Diretoria

Trabalho pelo presente e futuro

Em 14 anos de trabalho, a PREVIG vem demonstrando que, com uma gestão profissional e dedicada, é possível garantir o presente dos participantes já aposentados e o futuro dos que ainda irão receber o benefício da previdência complementar.

A seriedade e o compromisso da Entidade estão evidenciados na rentabilidade dos Planos que administra ao longo dos anos. Fechamos 2016 com um patrimônio de R\$ 1.220.109 demonstrando profissionalização na gestão de nossos processos.

O índice de satisfação dos Participantes de 93%, conforme pesquisa realizada em 2016, mostra que a PREVIG está no caminho certo, na busca permanente dos melhores resultados para a Entidade.

O contínuo processo de aprimoramento da Governança, composta pelos Conselhos, Comitês, Diretoria Executiva e corpo técnico, confirma uma Gestão cada vez mais sólida e eficaz, fazendo com que o presente e futuro de seus Participantes e familiares possam ser tranquilos.

Contando sempre com o apoio dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, Comitê de Investimentos, Patrocinadoras e Colaboradores, a PREVIG continuará seu incansável trabalho diário na gestão dos planos de benefícios, visando a manutenção da tranquilidade e bem estar de seus Participantes.

A direção

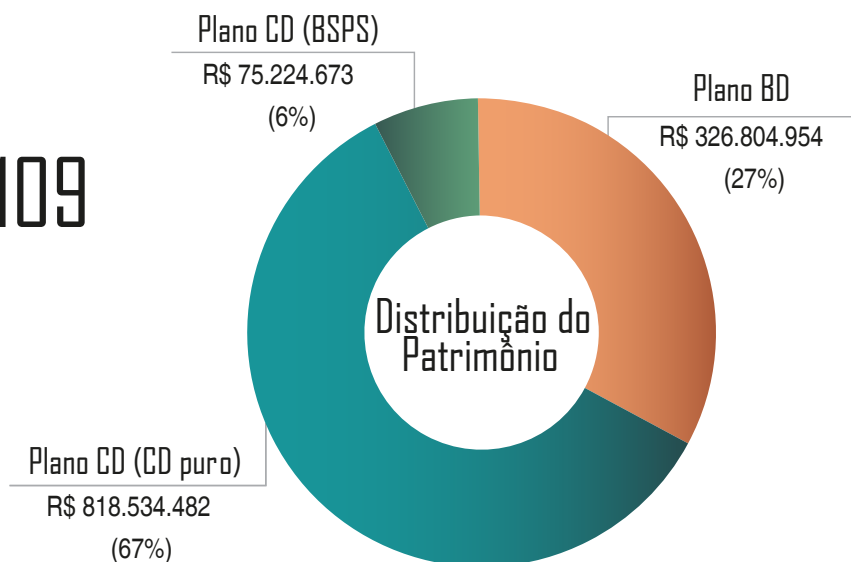


PREVIG em números

Patrimônio dos Planos

Dez 2016

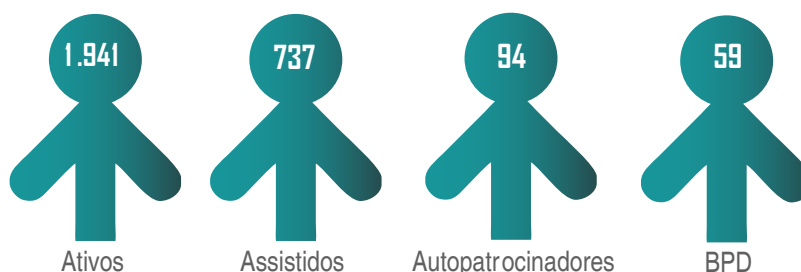
R\$ 1.220.564.109



Participantes

Dez 2016

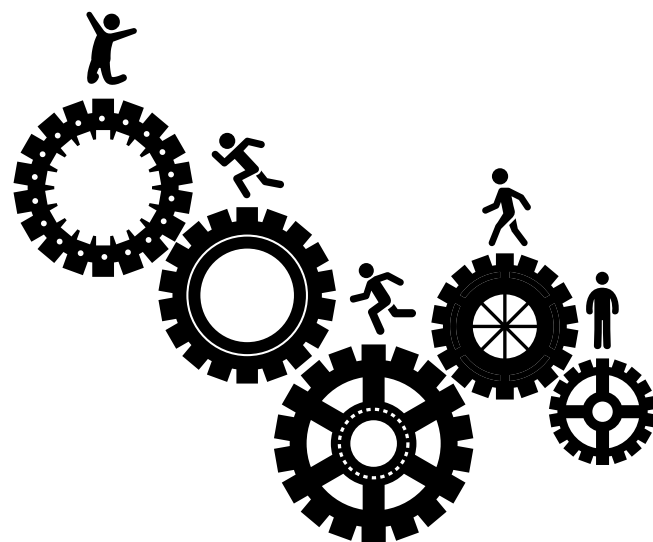
2.831



Rentabilidade dos Investimentos

Dez 2016

Perfil/Plano	2016
RENDA FIXA	14,26%
MIX I	14,43%
MIX II	15,11%
MIX III	15,76%
BD	13,18%
BSPS	12,34%



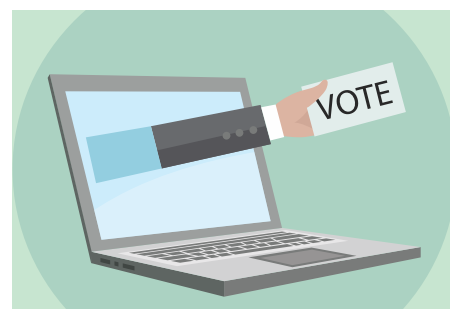
A PREVIG em 2016

Mais Participantes

Adesão de 216 participantes no Plano CD, o que representa 9% do total de participantes deste Plano.

Eleições

Realização do Processo Eleitoral, que elegeu os representantes dos Participantes da PREVIG no Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos. Os participantes ativos votaram pelo hot site criado para as Eleições PREVIG 2016, e os assistidos puderam escolher entre o voto pelo hot site ou pelos Correios. Para o Conselho Deliberativo foram eleitos quatro representantes, com um suplente cada um, no Conselho Fiscal foi eleito um membro, com seu respectivo suplente, e para o Comitê de Investimentos, também foi eleito um representante, com seu respectivo suplente. O mandato para todos os eleitos é de quatro anos. Os eleitos tomaram posse na reunião do Conselho Deliberativo ocorrida no dia 20 de dezembro de 2016.



Apresentação dos resultados nas Patrocinadoras

Os Participantes da PREVIG receberam, em março, palestras com a apresentação dos resultados obtidos em 2015. Nos encontros, os Participantes puderam conferir todas as informações sobre a Entidade, como por exemplo, o acompanhamento da rentabilidade por plano, além de tirar as suas dúvidas com a equipe da PREVIG.

Rentabilidade positiva

O segmento de Renda Fixa (95% do Patrimônio) teve retorno de 14,09%, o que representa 101% do CDI. A escolha por um posicionamento mais conservador diante de grandes alterações no cenário econômico diminuiu a volatilidade da carteira de renda fixa. Já no segmento de Renda Variável (3% do Patrimônio) o retorno foi de 19,17% versus 38,94% do índice Ibovespa. A equipe monta para o segmento uma estratégia que busca um retorno superior ao Ibovespa no médio e longo prazos.

Homenagem ao Dia Nacional do Aposentado

Os Participantes Aposentados e Pensionistas da PREVIG concorreram a cestas de café da manhã em homenagem ao Dia Nacional do Aposentado, que foi celebrado em 24 de janeiro. A Entidade presenteou Wilson Spilere, Pedro Soares de Souza e Ariosvaldo Gonçalves Alves com uma Cesta de Café da Manhã em comemoração à data.

Mais um canal de comunicação com o Participante

Os assistidos que optaram em receber comunicados da PREVIG pelo SMS (mensagem de celular) passaram a ser informados sobre a data em que o benefício estaria disponível para saque, além de outros assuntos.

153 Participantes optaram pela migração de perfil

Anualmente, em março, os Participantes do Plano de Benefício de Contribuição Definida (CD) podem alterar, se desejarem, o seu perfil de investimentos entre Renda Fixa, Mix I, Mix II e Mix III. Em 2016, de um total de 2.406 Participantes do Plano CD, 153 optaram pela alteração de perfil de investimentos, o que equivale a 6,4% do total. Entre os que migraram, 96,1% escolheram perfis mais conservadores do que estavam até março de 2015.

Concessão de benefícios

Foram concedidos 103 benefícios, destes, 94 foram aposentadorias e nove pensões por morte.

Conselheiros participaram de curso da UniAbrapp

Com 68h, o Treinamento In Company - Exercício da Função de Conselheiro foi promovido em parceria entre a Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar (ASCPREV) e a Universidade Corporativa da Previdência Complementar (UNIABRAPP), entre janeiro e abril. O objetivo principal do treinamento, que aconteceu em Florianópolis/SC, foi habilitar os conselheiros a requererem a certificação junto ao ICSS. Representaram a PREVIG no curso: do Conselho Deliberativo, Enio Luis Gonçalves, e do Conselho Fiscal, Helder Walter e Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos.



Formulário FATCA

A PREVIG realizou campanha em todos os seus canais de comunicação explicando sobre a exigência da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.571, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações financeiras de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), mediante convênio com os Estados Unidos. Este acordo visa combater a evasão fiscal em relação a rendimentos e outros ganhos de investimentos feitos fora daquele País.

Aniversário

No dia 13 de setembro, a PREVIG comemorou 14 anos fazendo parte da vida de mais de 2.800 Participantes. A história da entidade remonta a 1973, ano de criação da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), da qual teve origem. A decisão de criar a PREVIG veio em 2002, quando a direção da TRACTEBEL ENERGIA viu a necessidade de criar uma Entidade de Previdência Complementar Fechada própria, desvinculada da já existente na ELOS.

Visitas para tirar dúvidas sobre a concessão de benefício

Visando esclarecer os Participantes que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária da Patrocinadora ENGIE Brasil Energia, a PREVIG realizou palestras nas Usinas de Charqueadas, Jorge Lacerda e Sede.

Comunicação e Relacionamento

Pesquisa de Satisfação



Pensando em tornar ainda melhor o atendimento e serviços oferecidos, a PREVIG realizou entre julho e agosto de 2016 uma pesquisa de satisfação. A ação foi realizada por telefone com uma amostra dos Participantes – ativos, assistidos, autopatrocinadores e BPD - da Entidade. A pesquisa foi realizada pelo IBRC (Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente) e avaliou o atendimento, a comunicação e informações disponibilizadas pela PREVIG.

A excelência no nível de satisfação em relação à Entidade, que obteve 93% de aprovação, demonstra os altos índices atingidos pela PREVIG na pesquisa. Além deste índice, 96% afirmaram que o envio de SMS comunicando o pagamento é útil e prático, 95% concordaram que a periodicidade da disponibilização do extrato no site é adequada, 93% gostam da frequência no envio das comunicações e 92% dizem que a qualidade das informações recebidas da PREVIG é boa.

Dos respondentes, 90% aprovam os meios de comunicação utilizados pela PREVIG para fazer contato. E 87% afirmaram que a Entidade é transparente com todos os Participantes. A maioria busca informações sobre o seu plano por telefone (54%) e no site da PREVIG (47%). Com relação aos Canais de atendimento, 96% dos Participantes responderam positivamente sobre as opções disponíveis. E, ao utilizar os canais, 92% disseram que a sua demanda foi resolvida no primeiro contato com PREVIG. Enquanto 98% declaram que a resolução da demanda/solicitação foi ágil. Sobre a apresentação de resultados, realizada anualmente, 94% acreditam que ela corresponde às expectativas.

Programa de Educação Financeira e Previdenciária



Desenvolvido pela PREVIG e demais entidades que fazem parte da Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar (ASCPREV), o Programa de educação financeira e previdenciária catarinense “A Escolha Certa” difunde os conceitos da previdência complementar, promove a educação e a conscientização financeira e estimula a poupança de longo prazo. O projeto, que antes seria desenvolvido individualmente, passou a ser integrado, possibilitando maior amplitude na troca de experiências e um custo mais baixo para as envolvidas. A criação também atende a Recomendação nº 1/2008, do Conselho de Gestão Previdenciária Complementar (CGPC). A seguir estão as ações realizadas pelo programa em 2016.

Portal: www.aescolhacerta.com.br | Facebook: www.facebook.com/programaaescolhacerta

Palestra comemora aniversário - Em junho, na cidade de Florianópolis/SC, o palestrante Marcos Piangers levou ao público do Programa, informações importantes para educar as novas gerações. O palestrante, que é autor do livro *O Papai é Pop* e trabalha com comunicação jovem e plataformas digitais no maior grupo de mídia do sul do Brasil foi o convidado para falar sobre o tema “Educar novas gerações: O futuro começa hoje!”, na palestra que comemorou os quatro anos do A Escolha Certa e reuniu mais de 200 pessoas.

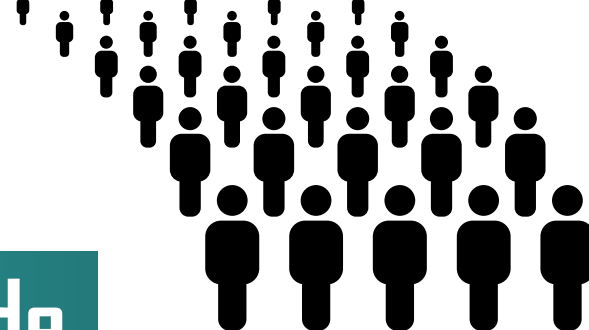


Quiz - Foram realizadas duas edições do Quiz “Você é previdente?”. A primeira interação do concurso teve 10 perguntas, onde os respondentes que obtiveram o maior número de acertos em menos tempo foram premiados. E, na segunda edição, os respondentes que acertaram todas as questões concorreram ao prêmio. Os vencedores das duas edições ganharam um cofre contador de moedas, na PREVIG venceram: Rogerio Paulino de Figueredo, João Vicente Pedrollo Viccari, Jessé Gonçalves da Silva e Adão Wanderlei F. Vargas.

Atitudes que Transformam o Mundo - O Programa promoveu o Concurso Cultural do Dia das Crianças “Atitudes que transformam o mundo!”, que contou com a participação dos desenhos de crianças de 5 a 10 anos de todas as entidades. A campanha foi ao ar em setembro e os desenhos mais criativos foram premiados com cofres contadores de moedas. As crianças vencedoras da PREVIG foram: Camila Silveira da Silva, 8 anos (Filha do Participante ativo Rafael Gonçalves da Silva) e Giovanni Seratto Gomes, 6 anos (Filho da autopatrocinadora Alessandra Seratto).



Finanças e qualidade de vida - O Programa realizou a palestra “Como planejar melhor o futuro - Finanças e Qualidade de Vida” nos meses de novembro e dezembro, em Florianópolis/SC, Tubarão/SC e Rio Verde/GO, no dia 5 de dezembro. As palestras foram gratuitas para os participantes e assistidos da PREVIG e das demais entidades que compõem a ASCPREV e tiveram como palestrantes Álvaro Dezidério da Luz, economista e mestre em Economia e Finanças, e Luciana Fagundes, psicóloga especialista em Psicologia Cognitivo-Comportamental e em Psicologia Econômica.



Seguridade

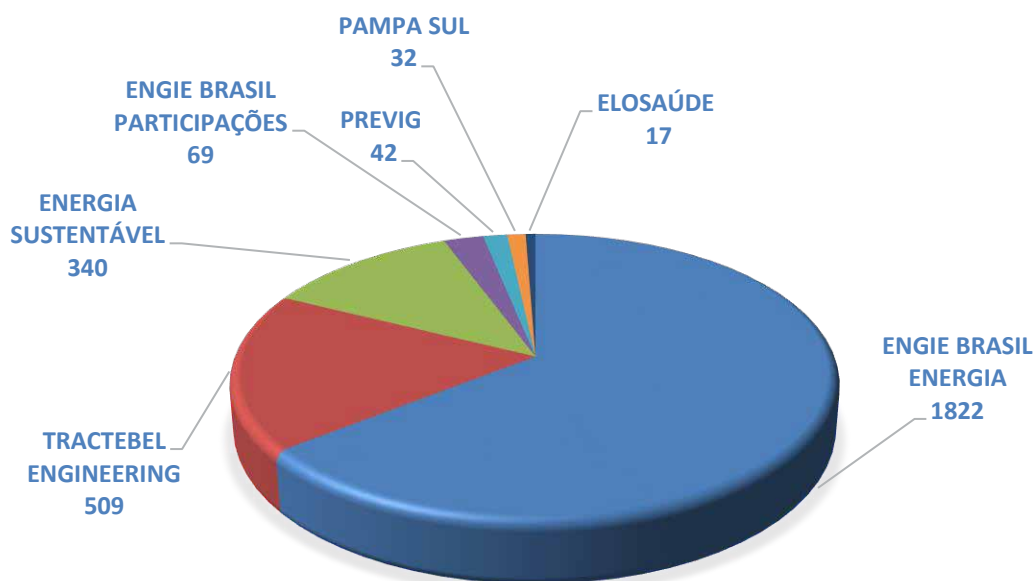
Quadro de Participantes

A PREVIG encerrou o exercício de 2016 com 2.831 Participantes, sendo que destes, 26,03% recebem benefício dos Planos administrados pela PREVIG. No período ocorreram 216 novas adesões e 195 desligamentos do quadro de Participantes.

Participantes por Situação - 31/12/2016

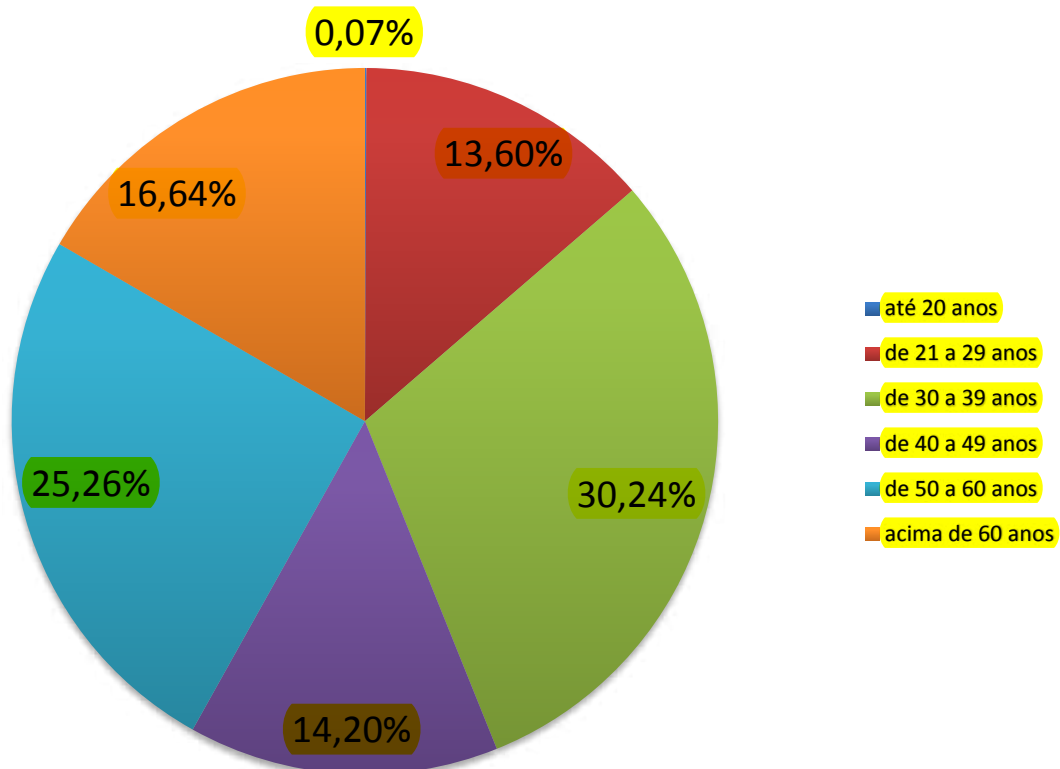
SITUAÇÃO / PLANO	BD	CD	TOTAL
ATIVOS (*)	5	1.936	1.941
AUTOPATROCINADORES	0	94	94
BPD	7	52	59
APOSENTADOS	387	288	675
PENSIONISTAS	46	16	62
TOTAL	445	2.386	2.831

Participantes por Patrocinadora - 31/12/2016





Participantes por Faixa Etária - 31/12/2016



Receitas previdenciárias

As receitas previdenciárias da PREVIG em 2016 somaram R\$ 48.674 mil, sendo 47,65% relativas às contribuições de Patrocinadoras, 52,35% relativas às contribuições de Participantes (ativos e assistidos).

Composição das Receitas Previdenciárias - 2016

Descrição	R\$ Mil	%
Contribuições de Patrocinadoras	23.194	47,65%
Contribuições Normais	10.691	21,97%
Antecipação Aposentadoria	2.770	5,69%
Contribuições Extraordinárias	9.733	20,00%
Contribuições de Participantes	25.479	52,35%
Contribuições Normais Ativos + Autopatrocinadores	12.936	26,58%
Contribuições Normais de Assistidos	1.372	2,82%
Contribuições Extraordinárias	11.118	22,84%
Portabilidade (entrada)	54	0,11%
TOTAL	48.674	100,00%



Benefícios pagos

A folha de pagamento dos benefícios dos Planos (BD e CD) atingiu, em 2016, R\$ 52.293 mil, sendo 81,32% relativas às aposentadorias programadas, 3,95% referente às aposentadorias por invalidez, 5,38% referente ao pagamento de pensão por morte e 8,82% referente à renda parcelada. Foram 8.062 complementações de benefícios pagas no exercício, resultando numa complementação média da ordem de R\$ 5.380,60.

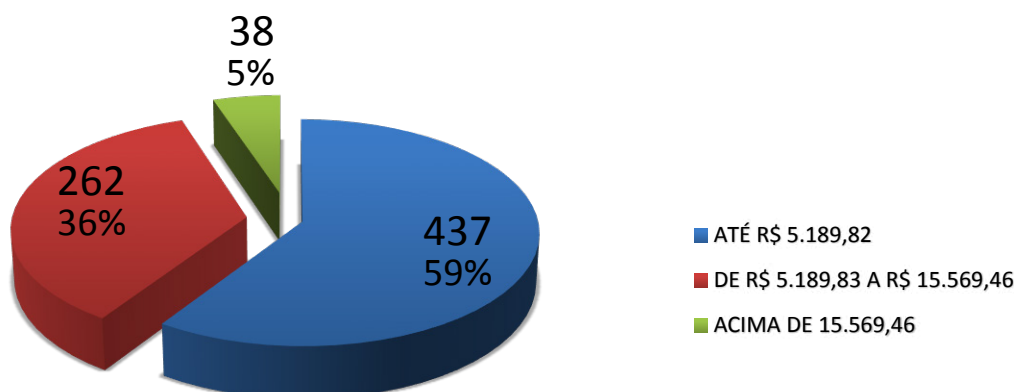
Além dessas complementações, a PREVIG pagou R\$ 6.063 mil à título de resgates de contribuições a 195 Participantes que se desligaram do Plano e transferiu R\$ 99 mil à título de portabilidade a 2 Participantes.

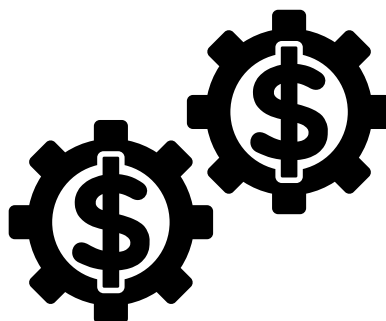
Composição dos Benefícios Pagos - 2016		
Descrição	R\$ Mil	%
Benefícios do Plano	52.293	100,00%
Aposentadoria programada	42.525	81,32%
Aposentadoria por invalidez	2.066	3,95%
Pensão por morte	2.814	5,38%
Renda parcelada	4.614	8,82%
Recálculos artigo 156	275	0,52%
Institutos	6.162	-
Resgate de contribuições	6.063	-
Portabilidade (saída)	99	-
TOTAL	58.455	100,00%

A PREVIG encerrou o exercício de 2016 com 737 Participantes assistidos, dos quais 617 aposentados por tempo de serviço, 58 por invalidez, 1 por idade e 61 pensionistas.

Em termos de valor, a maior frequência, 59%, verifica-se na faixa de complementação de benefícios que vai até o valor de um teto de benefício da Previdência Social (R\$ 5.189,82 - dezembro/2016).

Complementação de Benefícios por Faixa de Renda – 31/12/2016





Investimentos

Demonstrativos de Investimentos

Composição dos investimentos líquidos dos Planos de Benefícios

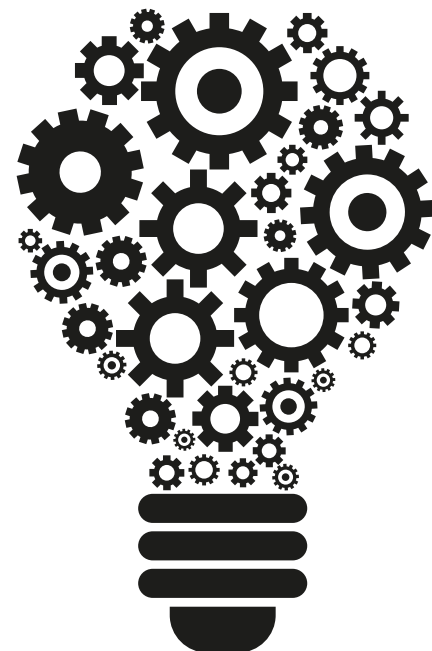
A PREVIG, no consolidado de 2016, obteve um crescimento patrimonial de 13,12%, passando de R\$ 1.066.136 mil no final de 2015 para R\$ 1.205.988 mil em 31/12/2016. A composição desses investimentos por Planos de Benefícios (no caso do Plano CD, por perfis de investimentos), está demonstrada na tabela a seguir.

SEGMENTOS	PLANO BD				PLANO CD			
	DEZ/16 (R\$ mil)	%	DEZ/15 (R\$ mil)	%	DEZ/16 (R\$ mil)	%	DEZ/15 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	303.629	98,24%	285.986	97,65%	850.213	95,28%	728.452	94,72%
Estruturados	-	0,00%	-	0,00%	2.726	0,31%	2.262	0,29%
Renda Variável	-	0,00%	1.623	0,55%	20.870	2,34%	20.804	2,71%
Empréstimos	5.430	1,76%	5.262	1,80%	18.507	2,07%	17.553	2,28%
Disponível	4	0,00%	7	0,00%	15	0,00%	17	0,00%
Total	309.063	100,00%	292.878	100,00%	892.331	100,00%	769.088	100,00%

SEGMENTOS	PERFIL RF				PERFIL MIX I			
	DEZ/16 (R\$ mil)	%	DEZ/15 (R\$ mil)	%	DEZ/16 (R\$ mil)	%	DEZ/15 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	524.421	97,51%	435.108	97,27%	177.136	94,38%	139.177	94,66%
Estruturados	1.239	0,23%	1.028	0,23%	994	0,53%	714	0,49%
Renda Variável	-	0,00%	-	0,00%	5.296	2,82%	3.443	2,34%
Empréstimos	12.144	2,26%	11.172	2,50%	4.254	2,27%	3.693	2,51%
Disponível	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total	537.804	100,00%	447.308	100,00%	187.680	100,00%	147.027	100,00%

SEGMENTOS	PERFIL MIX II				PERFIL MIX III			
	DEZ/16 (R\$ mil)	%	DEZ/15 (R\$ mil)	%	DEZ/16 (R\$ mil)	%	DEZ/15 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	47.780	84,38%	55.434	84,66%	27.095	74,38%	31.011	74,66%
Estruturados	300	0,53%	318	0,49%	193	0,53%	202	0,49%
Renda Variável	7.260	12,82%	8.081	12,34%	8.314	22,82%	9.280	22,34%
Empréstimos	1.283	2,27%	1.645	2,51%	826	2,27%	1.043	2,51%
Disponível	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total	56.623	100,00%	65.478	100,00%	36.428	100,00%	41.536	100,00%

SEGMENTOS	BSPS				PGA			
	DEZ/16 (R\$ mil)	%	DEZ/15 (R\$ mil)	%	DEZ/16 (R\$ mil)	%	DEZ/15 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	73.781	99,98%	67.722	99,98%	4.580	100,00%	4.162	99,81%
Estruturados	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Renda Variável	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Empréstimos	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Disponível	15	0,02%	17	0,02%	14	0,00%	8	0,19%
Total	73.796	100,00%	67.739	100,00%	4.594	100,00%	4.170	100,00%



SEGMENTOS	PREVIG CONSOLIDADO			
	DEZ/16 (R\$ mil)	%	DEZ/15 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	1.158.422	96,06%	1.018.600	95,55%
Estruturados	2.726	0,23%	2.262	0,21%
Renda Variável	20.870	1,73%	22.427	2,10%
Empréstimos	23.937	1,98%	22.815	2,14%
Disponível	33	0,00%	32	0,00%
Total	1.205.988	100,00%	1.066.136	100,00%

Detalhamento dos investimentos

O portfólio de investimentos dos Planos de Benefícios administrados pela PREVIG está investido em ativos diretos e em fundos de investimentos administrados por gestores externos. As tabelas a seguir destacam as alocações de recursos da entidade obedecendo aos limites e critérios estabelecidos na Política de Investimentos e na Resolução CMN nº 3.792/2009.

PLANO BD	DEZ/16 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO INTERNA	288.953	93,50%
RENDA FIXA	283.519	91,74%
TÍTULOS PÚBLICOS	283.519	91,74%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (indexado ao IPCA)	283.519	91,74%
Vencimento em 15/05/2017 - IPCA + 5,12% a.a.	11.946	3,87%
Vencimento em 15/08/2018 - IPCA + 2,73% a.a.	12.678	4,10%
Vencimento em 15/08/2020 - IPCA + 6,40% a.a.	4.433	1,43%
Vencimento em 15/08/2020 - IPCA + 6,37% a.a.	20.170	6,53%
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 8,80% a.a.	11.284	3,65%
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 7,89% a.a.	17.245	5,58%
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 7,20% a.a.	10.877	3,52%
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 6,88% a.a.	7.854	2,54%
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 6,26% a.a.	34.320	11,10%
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 5,97% a.a.	1.062	0,34%
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 7,97% a.a.	5.293	1,71%
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 7,56% a.a.	7.490	2,42%
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 7,02% a.a.	7.647	2,47%
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 4,81% a.a.	19.009	6,15%
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 6,94% a.a.	1.900	0,61%
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 6,26% a.a.	28.365	9,18%
Vencimento em 15/05/2045 - IPCA + 7,65% a.a.	18.304	5,92%
Vencimento em 15/05/2045 - IPCA + 6,99% a.a.	2.370	0,77%
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 6,27% a.a.	9.055	2,93%
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 6,02% a.a.	3.624	1,17%
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 4,47% a.a.	48.593	15,75%

EMPRÉSTIMOS	5.430	1,76%
PEE - INPC + 10,00% a.a.	5.430	1,76%
DISPONÍVEL	4	0,00%
Saldo Banco do Brasil	4	0,00%
GESTÃO TERCEIRIZADA	20.110	6,50%
RENTA FIXA	20.110	6,50%
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	20.110	6,50%
FI ITAÚ Soberano Referenciado DI - ITAÚ - UNIBANCO	20.066	6,49%
FIDC MASTER III - Multisetorial - PLURAL (1)	44	0,01%
PATRIMÔNIO TOTAL	309.063	100,00%

(1) Administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

PLANO CD/BSPS	DEZ/16 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO INTERNA	246.280	27,59%
RENTA FIXA	227.758	25,52%
TÍTULOS PÚBLICOS	185.356	20,77%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (indexado ao IPCA)	185.356	20,77%
Vencimento em 15/08/2017 - Título marcado a mercado	29.753	3,33%
Vencimento em 15/08/2020 - Título marcado a mercado	30.308	3,40%
Vencimento em 15/08/2022 - Título marcado a mercado	60.568	6,79%
Vencimento em 15/05/2017 - IPCA + 5,12% a.a.	1.344	0,15%
Vencimento em 15/08/2018 - IPCA + 2,79% a.a.	1.583	0,18%
Vencimento em 15/05/2019 - IPCA + 5,66% a.a.	450	0,05%
Vencimento em 15/05/2019 - IPCA + 6,09% a.a.	1.041	0,12%
Vencimento em 15/08/2022 - IPCA + 3,27% a.a.	7.189	0,81%
Vencimento em 15/05/2023 - IPCA + 5,92% a.a.	1.197	0,13%
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 5,48% a.a.	6.545	0,73%
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 4,26% a.a.	7.083	0,79%
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 5,97% a.a.	3.489	0,39%
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 6,88% a.a.	3.647	0,41%
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 4,81% a.a.	6.631	0,74%
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 4,44% a.a.	7.184	0,81%
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 6,94% a.a.	9.364	1,05%
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 4,50% a.a.	7.180	0,80%
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 6,97% a.a.	800	0,09%
TÍTULOS PRIVADOS	42.402	4,75%
Debêntures	23.214	2,60%
BNDESPAR - Vencimento em 15/01/2017 + IPCA + 6,30% a.a.	9.548	1,07%
DUKE - Vencimento em 20/05/2021 + IPCA + 7,01% a.a.	12.226	1,37%
TEPE - Vencimento em 15/02/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	579	0,06%
TEPE - Vencimento em 15/05/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	419	0,05%
TEPE - Vencimento em 15/08/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	296	0,03%
TEPE - Vencimento em 15/11/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	146	0,02%
Depósitos a Prazo com Garantia Especial do FGC	19.188	2,15%
DPGE MERCANTIL - Vencimento em 08/02/2017 - IPCA + 6,70% a.a.	19.188	2,15%

EMPRÉSTIMOS	18.507	2,07%
PEE - INPC + 10,00% a.a.	18.507	2,07%
DISPONÍVEL	15	0,00%
Saldo Banco do Brasil	15	0,00%
GESTÃO TERCEIRIZADA	646.051	72,41%
RENDA FIXA	622.455	69,76%
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	622.440	69,76%
FI Netuno Multimercado - VOTORANTIM	599.027	67,13%
FIC FIM BRZ Multi Recebíveis Crédito Privado - BRZ	4.114	0,46%
FIM PLURAL Institucional - PLURAL	16.242	1,82%
FIDC MASTER III - Multisetorial - PLURAL (1)	88	0,01%
FIDC VINCI Crédito e desenvolvimento - CEF (1)	2.969	0,34%
VALORES A RECEBER/PAGAR E TESOURARIA	15	0,00%
Saldo em tesouraria	15	0,00%
ESTRUTURADOS	2.726	0,31%
FII Rio Bravo The One - RIO BRAVO	2.726	0,31%
RENDA VARIÁVEL	20.870	2,34%
FIC FIA Atmos Institucional - ATMOS	4.077	0,46%
FIA Quest Small Caps - QUEST	569	0,06%
FIA Bradesco Vale - BRADESCO	371	0,04%
FIA Sul América Expertise I - SULAMÉRICA	2.642	0,30%
FIA Sul América Expertise II - SULAMÉRICA	2.350	0,26%
FIA Vinci Gas Valor SMLL - VINCI	2.638	0,30%
FIA Vinci Gas Dividendos -VINCI	5.702	0,64%
FIC FIA Ibiuna Equities - IBIUNA	2.521	0,28%
PATRIMÔNIO TOTAL	892.331	100,00%

(1) Administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

PGA	DEZ/16 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO TERCEIRIZADA	4.594	100,00%
RENDA FIXA	4.580	99,70%
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	4.580	99,70%
FI ITAÚ Soberano Referenciado DI - ITAÚ - UNIBANCO	4.580	99,70%
DISPONÍVEL	14	0,30%
Saldo Banco do Brasil	13	0,28%
Fundo Fixo	1	0,02%
PATRIMÔNIO TOTAL	4.594	100,00%

Rentabilidade dos Planos de Benefícios

No ano de 2016 a rentabilidade acumulada do Plano BD foi de 13,18%, equivalente a 104,40% da meta atuarial(*).

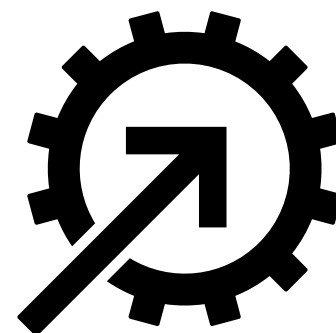
O Plano CD (inclusive BSPS) rentabilizou 14,27% no acumulado ano, o que equivale a 101,76% da taxa SELIC, índice de referência do Plano.

As tabelas abaixo apresentam a rentabilidade dos Planos de Benefícios e Perfis de Investimentos, calculada pelo método de cotas diárias, em cada um de seus segmentos de aplicação, comparando-as com seus respectivos índices de referência. Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento.

(*) INPC + 5,67% a.a.

PLANOS/SEGMENTOS	BENCHMARK	RENTABILIDADE	
		2016	Relativo ao Benchmark
PLANO BD	INPC + 5,67% a.a.	13,18%	104,40%
Renda Fixa	INPC + 5,67% a.a.	13,11%	103,89%
Renda Variável	Ibovespa	-12,09%	-74,00%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	19,38%	149,35%
PLANO CD	100,00% da SELIC	14,27%	101,76%
Renda Fixa	70,00% SELIC / 30,00% IMA-B	13,94%	81,00%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	28,11%	216,64%
Renda Variável	Ibovespa	19,17%	49,23%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	19,66%	151,56%

PERFIS/SEGMENTOS	BENCHMARK	RENTABILIDADE	
		2016	Relativo ao Benchmark
PERFIL RF		14,26%	
Renda Fixa	70,00% SELIC / 30,00% IMA-B	14,09%	81,91%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	28,11%	216,64%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	19,66%	151,56%
PERFIL MIX I		14,43%	
Renda Fixa	70,00% SELIC / 30,00% IMA-B	14,09%	81,91%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	28,11%	216,64%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	19,66%	151,56%
Renda Variável	Ibovespa	19,17%	49,23%
PERFIL MIX II		15,11%	
Renda Fixa	70,00% SELIC / 30,00% IMA-B	14,09%	81,91%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	28,11%	216,64%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	19,66%	151,56%
Renda Variável	Ibovespa	19,17%	49,23%
PERFIL MIX III		15,76%	
Renda Fixa	70,00% SELIC / 30,00% IMA-B	14,09%	81,91%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	28,11%	216,64%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	19,66%	151,56%
Renda Variável	Ibovespa	19,17%	49,23%
BSPS			
Renda Fixa	INPC + 5,00% a.a.	12,34%	103,60%



BENCHMARK	2016
INPC + 5,67% a.a.	12,62%
INPC + 5,00% a.a.	11,91%
INPC + 6,00% a.a.	12,97%
100,00% da SELIC	14,02%
70,00%SELIC / 30,00% IMA-B	17,21%
Ibovespa	38,94%

Despesas com administração de investimentos

As despesas com a gestão externa de investimentos do Plano CD custeadas pela própria rentabilidade do Plano (não contempladas nas despesas administrativas) atingiram, em 2016, R\$ 306 mil, conforme demonstrada na tabela abaixo.

GESTÃO EXTERNA DE INVESTIMENTOS	PLANO CD DEZ/2016(R\$ mil)
ANBID	5
AUDITORIA	5
CETIP	29
SELIC	14
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	107
TAXA DE CUSTÓDIA	91
TX.FISC.CVM DIFERIMENTO FIs E FIAs	55
TOTAL	306
TOTAL DOS INVESTIMENTOS (R\$ mil)	892.331
% SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,03%

Resumo das Políticas de Investimentos – 2017/2021

A Política de Investimento é um documento onde encontram-se descritos regulamentações internas da PREVIG, itens relativos às formas de controles internos e o cenário econômico esperado a curto e médio prazo.

As diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos estão embasadas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 - legislação que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - e em suas alterações subsequentes. Adicionalmente, as estruturas de gestão e regras de controle ora estabelecidas estão em conformidade com o Guia PREVIC – Melhores Práticas nos Fundos de Pensão, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Este resumo apresenta os principais aspectos das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios administrados pela PREVIG, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 20/12/2016.

Meta atuarial / Índice de Referência

Plano BD

Meta atuarial: INPC + 5,70% ao ano

Plano CD

Índice de Referência: Taxa SELIC

Composição dos investimentos

A legislação subdivide os investimentos em segmentos de: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior e investimentos em imóveis. O segmento de investimentos estruturados engloba fundos de investimento em participações, fundos de investimento em empresas emergentes, fundos de investimento imobiliário e fundos de investimento classificados como multimercado, cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As tabelas a seguir apresentam a alocação estratégica dos planos em questão, os limites de alocação e os parâmetros de rentabilidade. Com base na Resolução CMN nº 3.792, apresentam-se os parâmetros por segmento de aplicação. As modalidades de investimento são definidas pela própria Entidade, e detalhadas mais adiante.

Composição dos investimentos do Plano BD

ALOCÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO			
Segmento	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	98,20%	95,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	5,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	7,50%
Fundos de Participação	0,00%	0,00%	2,00%
Fundos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,50%
Fundos Multimercado Estruturados	0,00%	0,00%	5,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,50%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	1,80%	0,00%	5,00%

Composição dos investimentos do Plano CD

ALOCÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO			
Segmento	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	86,50%	47,50%	100,00%
Renda Variável	5,00%	0,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	5,50%	0,00%	17,00%
Fundos de Participação	0,00%	0,00%	2,00%
Fundos Imobiliários	0,50%	0,00%	5,00%
Fundos Multimercado Estruturados	5,00%	0,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,50%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	3,00%	0,00%	5,00%

Composição dos investimentos do Plano PGA

ALOCÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO			
Segmento	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100,00%	79,50%	100,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	10,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,50%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%

Composição dos investimentos do Plano CD BSFS

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO			
Segmento	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100,00%	82,50%	100,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	7,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	5,00%
Fundos de Participação	0,00%	0,00%	0,00%
Fundos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%
Fundos Multimercado Estruturados	0,00%	0,00%	5,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,50%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	0,00%	0,00%	5,00%

Composição dos investimentos por Perfil - CD PURO

Perfil Renda Fixa

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO			
Segmento	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	91,00%	81,50%	100,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	5,50%	0,00%	13,00%
Fundos de Participação	0,00%	0,00%	0,00%
Fundos Imobiliários	0,50%	0,00%	3,00%
Fundos Multimercado Estruturados	5,00%	0,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,50%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	3,50%	0,00%	5,00%

Perfil Mix I

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO			
Segmento	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	86,00%	58,00%	100,00%
Renda Variável	5,00%	0,00%	10,00%
Investimentos Estruturados	5,50%	0,00%	15,00%
Fundos de Participação	0,00%	0,00%	2,00%
Fundos Imobiliários	0,50%	0,00%	5,00%
Fundos Multimercado Estruturados	5,00%	0,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,50%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	3,50%	0,00%	5,00%

Perfil Mix II

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO			
Segmento	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	76,00%	59,50%	90,00%
Renda Variável	15,00%	10,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	5,50%	0,00%	15,00%
Fundos de Participação	0,00%	0,00%	2,00%
Fundos Imobiliários	0,50%	0,00%	3,00%
Fundos Multimercado Estruturados	5,00%	0,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,50%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	3,50%	0,00%	5,00%

Perfil Mix III

ALOCÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO			
Segmento	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	66,00%	49,50%	80,00%
Renda Variável	25,00%	20,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	5,50%	0,00%	15,00%
Fundos de Participação	0,00%	0,00%	2,00%
Fundos Imobiliários	0,50%	0,00%	5,00%
Fundos Multimercado Estruturados	5,00%	0,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,50%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	3,50%	0,00%	5,00%

Avaliação e Controle de Riscos

A Resolução CMN nº 3792 estabelece, em seu capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, a necessidade de identificação e de controle dos riscos incorridos pelas EFPCs. Em conformidade com tal necessidade, esse capítulo estabelece os procedimentos a serem seguidos ao longo da vigência dessa Política de Investimentos quanto a esse quesito. É importante ressaltar que, no caso dos recursos administrados por terceiros, o gestor é responsável pelo controle dos riscos das operações, a todo o momento. Devem ser monitorados, no mínimo, os riscos aqui estabelecidos. Na eventualidade de os limites serem desrespeitados, a Entidade deve ser comunicada formalmente. Além desse controle, os limites de risco aqui estabelecidos serão monitorados pela própria Entidade, que zelará pelo cumprimento dos mesmos e tomará as medidas adequadas caso sejam verificadas extrapolações aos limites estabelecidos.

Risco de mercado

De acordo com o Art. 13 da Resolução CMN nº 3792, as EFPCs devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos. Com o objetivo de monitorar as probabilidades de perda, e também de estimar as possíveis diferenças entre o retorno de seus investimentos e o retorno previsto para os mesmos, serão utilizados:

- VaR: modelo que estima, com determinado nível de confiança, a perda máxima esperada para um determinado portfólio, em um intervalo de tempo pré-estabelecido;
- B-VaR: modelo que estima, com determinado nível de confiança, a perda máxima esperada, em relação a um benchmark, para um determinado portfólio, em um intervalo de tempo preestabelecido.

Tanto os modelos citados como sua parametrização foram definidos com o rigor técnico necessário para tanto. Entretanto, tais modelos carregam consigo as possíveis imprecisões de modelos estatísticos em geral – motivo pelo qual os resultados devem ser analisados com diligência, por especialistas no assunto.

Risco de crédito

O risco de crédito dos investimentos do plano será avaliado com base em estudos e análises produzidos pela própria Entidade ou contratados junto a prestadores de serviço. Além disso, a Entidade utilizará para essa avaliação os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Todas as operações com títulos de crédito privado serão enquadradas como Grau de Investimento ou Grau Especulativo e estarão limitados aos percentuais indicados na tabela a seguir:

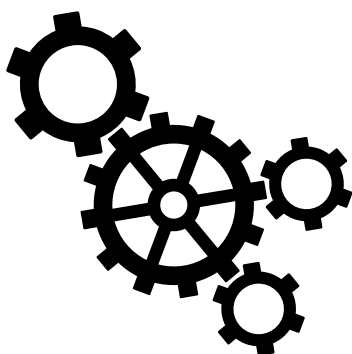
Categoria de risco	Limite
Grau de Investimento + Grau Especulativo	80,00%
Grau Especulativo	5,00%

O limite estabelecido para alocação em títulos enquadrados como grau especulativo tem como principal objetivo permitir que sejam mantidos na carteira ativos que sofreram rebaixamento de rating, mas que não apresentam risco iminente de default, que tenham liquidez restrita demais para serem revendidos ou eventuais títulos presentes em fundos de investimentos condominiais (não-exclusivos).

O enquadramento dos títulos de crédito privado como Grau de Investimento ou Grau Especulativo leva em consideração as características do emissor e o instrumento de crédito.

Com base nessas regras, serão enquadrados como Grau de Investimento os títulos de crédito privado que tiverem, no mínimo, os ratings apresentados na tabela a seguir:

Agência de classificação	Instituições financeiras (ex-DPGE)		Instituições não financeiras	
PRAZO	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo
Standard & Poors	brA-	brA-3	brA-	brA-3
Moody's	A3.br	BR-3	A3.br	BR-3
Fitch Ratings	A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)



Limites por emissão e concentração

CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS EM UM MESMO EMISSOR		
Emissor	Mínimo	Máximo
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%
Instituição Financeira	0,00%	10,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	VEDADO	
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%
Organismo Multilateral	0,00%	2,50%
Companhia Securitizadora	0,00%	2,50%
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%
FIDC / FIC FIDC	0,00%	2,50%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de cia Aberta	0,00%	5,00%
Sociedade de Propósito Específico (SPE)	0,00%	5,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	5,00%

CONCENTRAÇÃO POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO		
Emissor	Mínimo	Máximo
% do Capital Votante de uma mesma Cia Aberta	0,00%	25,00%
% do Capital Total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0,00%	25,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Investimentos Classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%
% do PL de FI ou FICFI de Dívida Externa classificados como Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior Negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	10,00%
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	10,00%

CONCENTRAÇÃO POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO		
Modalidade de investimento	Mínimo	Máximo
% de uma Série de Títulos ou Valores Mobiliários	0,00%	25,00%
% de uma mesma Classe ou Série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%
% de um mesmo Empreendimento Imobiliário	0,00%	25,00%

Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE

Ficam excepcionados dos limites supracitados os ativos financeiros que possuem garantia de liquidação do Fundo Garantidor de Crédito - FGC, regulamentados pela Resolução nº 3.692 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de março de 2009, desde que não ultrapasse os limites estabelecidos na Resolução CMN 3.792.

O valor projetado da operação no seu vencimento, utilizando-se como premissa o Relatório Focus do Banco Central, não poderá ultrapassar o limite máximo garantido pelo FGC, para uma mesma Instituição Financeira ou para todas as Instituições de um mesmo conglomerado financeiro.

O somatório dos investimentos nestes ativos não pode ultrapassar 40% do total dos recursos garantidores do Plano de Benefícios.

Risco de liquidez

Para controle de risco de liquidez, serão consideradas as diversas possibilidades de interferência da liquidez dos ativos nos compromissos assumidos pelo plano, a saber:

- Prazo de resgate dos recursos investidos em fundos de investimentos;
- Liquidez em mercado dos demais ativos integrantes da carteira de investimentos da Entidade;
- Recursos de liquidez imediata e fluxo de recebimentos para fazer frente às obrigações assumidas pelo plano de benefícios.

No sentido de melhor adequar a carteira de investimentos ao perfil das obrigações do Plano de Benefícios, a PREVIG deverá manter acompanhamento do casamento entre ativos e passivos, considerando-se cenários de stress de mercado. No Plano BD a PREVIG elabora anualmente um estudo de ALM (Asset Liability Management) e implementa os ajustes indicados com o objetivo de minimizar o risco de iliquidez e de déficit no plano.

Risco da exposição em derivativos

O risco da exposição em derivativos pode ser considerado como parte integrante do risco de mercado, e será avaliado e controlado dessa forma. Como a legislação exige que os derivativos sejam negociados somente na modalidade com garantia, o risco de crédito que esses instrumentos envolvem é mitigado. Além disso, serão respeitados os limites de margem de garantia e de prêmio de opções estabelecidos pela legislação em vigor.

Risco operacional

Para gestão do risco operacional, foram estabelecidos procedimentos que visam a mapear as rotinas de trabalho e promover a adoção das melhores práticas de governança, em linha com o que estabelece o Guia PREVIG – Melhores Práticas nos Fundos de Pensão.

Esses procedimentos são constantemente avaliados e buscam mitigar os riscos decorrentes de controles inadequados, de falhas de gerenciamento e de erros humanos.

Dentre os esforços para reduzir os riscos operacionais decorrentes de erros humanos, cabe destacar o plano de certificação dos profissionais envolvidos no processo de tomada de decisão dos investimentos, que vem sendo executado em conformidade com a legislação aplicável.

Risco legal

Alguns trabalhos acerca do risco legal definem que ele pode ser subdividido em pelo menos três dimensões:

- Perdas decorrentes da violação de regras e da legislação aplicável;
- Perdas decorrentes de falta de clareza, imprecisão ou insuficiência de informações nos contratos;
- Perdas decorrentes de erros na aplicação da lei;
- Perdas decorrentes da criação de novos tributos.

Risco sistêmico

O risco sistêmico pode ser entendido como a possibilidade da quebra em cadeia das instituições que compõem o sistema financeiro, de forma a concretizar um cenário catastrófico. Como esse risco é decorrente das interligações e interdependências entre os agentes do mercado de capitais, as estratégias de controle de riscos mais usuais se mostram pouco eficientes contra esse tipo de risco. Ainda assim, com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sistêmico, o plano manterá parte significativa dos recursos em títulos soberanos e buscará priorizar o investimento em títulos e valores mobiliários que disponham de garantias.

Risco atuarial

O risco atuarial nos fundos de pensão está relacionado aos compromissos presentes e futuros da instituição para com seus participantes. No caso da parcela de benefício suplementar proporcional saldado, esses compromissos são representados pelo benefício previdenciário da entidade junto ao participante. Cabe, portanto, à PREVIG assegurar que os investimentos tenham a rentabilidade e liquidez adequadas ao cumprimento das obrigações previdenciárias assumidas junto aos participantes.

Nesse contexto, a gestão do risco atuarial será feita através da realização de avaliações atuariais do plano de benefícios, que serão realizadas pelo menos uma vez por ano.

Custeio Administrativo

Despesas Administrativas

As despesas administrativas da PREVIG atingiram R\$ 7.850 mil no exercício de 2016. A distribuição das despesas por Plano de Gestão Administrativa encontra-se na tabela abaixo:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (R\$ mil)	PGA BD	PGA CD (BSPS)	PGA CD (Puro)	Consolidado
GESTAO PREVIDENCIAL	1.426	332	4.096	5.854
PESSOAL E ENCARGOS	853	223	2.601	3.677
TREINAMENTOS E VIAGENS	32	7	100	139
SERVIÇOS DE TERCEIROS	290	50	599	939
DESPESAS GERAIS	103	21	328	452
TRIBUTOS	89	18	305	412
DEPRECIACOES E AMORTIZACOES	59	13	163	235
OUTRAS DESP.- ADM.PREVIDENCIAL	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	975	170	851	1.996
PESSOAL E ENCARGOS	514	81	393	988
TREINAMENTOS E VIAGENS	17	4	7	28
SERVIÇOS DE TERCEIROS	232	46	348	626
DESPESAS GERAIS	132	22	93	247
TRIBUTOS	60	13	-	73
DEPRECIACOES E AMORTIZACOES	20	4	10	34
TOTAL GERAL	2.401	502	4.947	7.850

Fontes de custeio

As fontes de custeio para o financiamento das despesas administrativas da PREVIG atingiram R\$ 8.144 mil no exercício de 2016. Sua distribuição por Plano de Gestão Administrativa encontra-se na tabela abaixo:

Fonte	PGA BD	PGA CD (BSPS)	PGA CD (PURO)	Total	Partic %
Patrocinadoras	1.323	204	3.147	4.674	57%
Participantes	-	-	1.612	1.612	20%
Taxa Administração s/Emprestimos	27	-	90	117	1%
Rentabilidade do PGA	139	111	338	588	7%
Reembolso do Plano (Investimentos)	975	169	-	1.144	14%
Outras Receitas Administrativas	7	-	2	9	-
Total	2.471	484	5.189	8.144	100%

Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial – Consolidado

(Em milhares de reais)

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
<u>DISPONÍVEL</u>	<u>49</u>	<u>39</u>	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>	<u>2.054</u>	<u>2.037</u>
			Gestão Previdencial	936	797
<u>REALIZÁVEL</u>	<u>1.231.433</u>	<u>1.089.471</u>	Gestão Administrativa	1.118	1.240
Gestão Previdencial	20.625	21.330			
Gestão Administrativa	304	477	<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	<u>3.954</u>	<u>2.892</u>
Investimentos	1.210.504	1.067.664	Gestão Previdencial	2.071	1.265
Títulos Públicos	468.875	392.910	Gestão Administrativa	235	60
Créditos Privados e Depósitos	42.402	68.015	Investimentos	1.648	1.567
Fundos de Investimento	670.726	582.357			
Empréstimos	23.937	22.815	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>1.225.980</u>	<u>1.085.204</u>
Depósitos Judiciais/Rekursais	1.648	1.567	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.219.480	1.078.192
Outros Realizáveis	2.916	-	Provisões Matemáticas	1.226.042	1.079.635
<u>PERMANENTE</u>	<u>506</u>	<u>623</u>	Benefícios Concedidos	668.970	518.559
Imobilizado	470	620	Benefícios a Conceder	557.072	561.076
Intangível	36	3	Equilíbrio Técnico	(6.562)	(1.443)
			Resultados Realizados	(6.562)	(1.443)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.562)	(1.443)
			Fundos	6.500	7.012
			Fundos Previdenciais	672	1.529
			Fundos Administrativos	4.153	4.055
			Fundos dos Investimentos	1.675	1.428
TOTAL DO ATIVO	1.231.988	1.090.133	TOTAL DO PASSIVO	1.231.988	1.090.133

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidado

(Em milhares de reais)

Descri�o	2016	2015	Variacão %
A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	1.085.204	951.247	14,00
1. Adic�es	209.886	187.853	12,00
Contribui�es Previdenciais	51.290	49.612	3,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	150.206	130.309	15,00
Receitas Administrativas	7.556	7.202	5,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	587	509	15,00
Constitui�o de Fundos de Investimentos	247	221	12,00
2. Destina�es	(69.110)	(53.896)	28,00
Benefícios	(60.621)	(46.714)	30,00
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(444)	(62)	616,00
Despesas Administrativas	(7.850)	(7.050)	11,00
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(195)	(70)	178,00
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)	140.776	133.957	5,00
Provisões Matemáticas	146.407	134.113	9,00
Déficit Técnico do Exercício	(5.119)	(1.358)	277,00
Fundos Previdenciais	(857)	390	(320,00)
Fundos Administrativos	98	591	(83,00)
Fundos dos Investimentos	247	221	12,00
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	1.225.980	1.085.204	13,00

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - Plano BD

(Em milhares de reais)

Descri�o	2016	2015	Variacão %
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	310.687	285.909	9,00
1. Adi�es	45.816	49.920	(8,00)
Contribui�es	5.900	6.883	(14,00)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	39.916	43.037	(7,00)
2. Destina�es	(28.174)	(25.142)	12,00
Benefícios	(26.406)	(23.758)	11,00
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(444)	(62)	616,00
Custeio Administrativo	(1.324)	(1.322)	-
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	17.642	24.778	(29,00)
Provisões Matemáticas	23.390	25.340	(8,00)
Déficit Técnico do Exercício	(5.748)	(562)	923,00
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	328.329	310.687	6,00
C) Fundos Não Previdenciais	1.560	1.662	(6,00)
Fundos Administrativos	1.193	1.319	(10,00)
Fundos dos Investimentos	367	343	7,00

Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - Plano CD

(Em milhares de reais)

Descri�o	2016	2015	Variacão %
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	769.034	660.667	16,00
1. Adi�es	161.966	135.976	19,00
Contribui�es	51.676	48.704	6,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	110.290	87.272	26,00
2. Destina�es	(39.177)	(27.609)	42,00
Benefícios	(34.215)	(22.956)	49,00
Custeio Administrativo	(4.962)	(4.653)	7,00
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	122.789	108.367	13,00
Provisões Matemáticas	123.017	108.773	13,00
Fundos Previdenciais	(857)	390	(320,00)
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	629	(796)	(179,00)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	891.823	769.034	16,00
C) Fundos Não Previdenciais	4.268	3.821	12,00
Fundos Administrativos	2.960	2.736	8,00
Fundos dos Investimentos	1.308	1.085	21,00

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - Plano BD

(Em milhares de reais)

Descrição	2016	2015	Variação %
1. Ativos	334.018	315.557	6,00
Disponível	4	7	(43,00)
Recebível	20.390	21.112	(3,00)
Investimento	313.624	294.438	7,00
Títulos Públicos	283.520	277.380	2,00
Fundos de Investimentos	20.110	10.229	97,00
Empréstimos	5.430	5.262	3,00
Depósitos Judiciais / Recursais	1.648	1.567	5,00
Outros Realizáveis	2.916	-	-
2. Obrigações	4.129	3.208	29,00
Operacional	410	376	9,00
Contingencial	3.719	2.832	31,00
3. Fundos Não Previdenciais	1.560	1.662	(6,00)
Fundos Administrativos	1.193	1.319	(10,00)
Fundos dos Investimentos	367	343	7,00
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	328.329	310.687	6,00
Provisões Matemáticas	342.461	319.071	7,00
Déficit Técnico	(14.132)	(8.384)	69,00
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(3.353)	2.872	(217,00)
a) Equilíbrio Técnico	(14.132)	(8.384)	69,00
b) (+) Ajuste de Precificação	10.779	11.256	(4,00)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(3.353)	2.872	(217,00)

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - Plano CD

(Em milhares de reais)

Descrição	2016	2015	Variação %
1. Ativos	896.720	773.361	16,00
Disponível	31	24	29,00
Recebível	4.389	4.273	3,00
Investimento	892.300	769.064	16,00
Títulos Públicos	185.355	115.530	60,00
Créditos Privados e Depósitos	42.402	68.015	(38,00)
Fundos de Investimentos	646.036	567.966	14,00
Empréstimos	18.507	17.553	5,00
2. Obrigações	629	506	24,00
Operacional	629	506	24,00
3. Fundos Não Previdenciais	4.268	3.821	12,00
Fundos Administrativos	2.960	2.736	8,00
Fundos dos Investimentos	1.308	1.085	21,00
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	891.823	769.034	16,00
Provisões Matemáticas	883.581	760.564	16,00
Superávit Técnico	7.570	6.941	9,00
Fundos Previdenciais	672	1.529	(56,00)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	9.273	8.506	9,00
a) Equilíbrio Técnico	7.570	6.941	9,00
b) (+) Ajuste de Precificação	1.703	1.565	9,00
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	9.273	8.506	9,00

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

(Em milhares de reais)

Descrição	2016	2015	Varição %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.055	3.464	17,00
1. Custeio da Gestão Administrativa	8.143	7.711	6,00
1.1. Receitas	8.143	7.711	6,00
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.286	5.975	5,00
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.145	1.073	7,00
Taxa de Administração de Empréstimos	117	101	16,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	587	509	15,00
Outras Receitas	8	53	(85,00)
2. Despesas Administrativas	(7.850)	(7.050)	11,00
2.1. Administração Previdencial	(5.854)	(5.240)	12,00
Pessoal e Encargos	(3.678)	(3.242)	13,00
Treinamentos/Congressos e Seminários	(98)	(70)	40,00
Viagens e Estadias	(41)	(35)	17,00
Serviços de Terceiros	(939)	(895)	5,00
Despesas Gerais	(452)	(377)	20,00
Depreciações e Amortizações	(234)	(208)	13,00
Tributos	(412)	(391)	5,00
Outras Despesas	-	(22)	-
2.2. Administração dos Investimentos	(1.996)	(1.810)	10,00
Pessoal e Encargos	(987)	(913)	8,00
Treinamentos/Congressos e Seminários	(21)	(17)	24,00
Viagens e Estadias	(7)	(7)	-
Serviços de Terceiros	(626)	(572)	9,00
Despesas Gerais	(247)	(208)	19,00
Depreciações e Amortizações	(35)	(26)	35,00
Tributos	(73)	(67)	9,00
3. Constituição de Contingências Administrativas	(195)	(70)	179,00
4. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)	98	591	(83,00)
5. Constituição do Fundo Administrativo (4)	98	591	(83,00)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	4.153	4.055	2,00

Demonstração das Provisões Técnicas - Plano BD

(Em milhares de reais)

Descrição	2016	2015	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	332.825	314.238	6,00
1. Provisões Matemáticas	342.461	319.071	7,00
1.1. Benefícios Concedidos	330.197	306.101	8,00
Benefício Definido	330.197	306.101	8,00
1.2. Benefícios a Conceder	12.264	12.970	(5,00)
Benefício Definido	12.264	12.970	(5,00)
2. Equilíbrio Técnico	(14.132)	(8.384)	69,00
2.1. Resultados Realizados	(14.132)	(8.384)	69,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	(14.132)	(8.384)	69,00
3. Fundos	367	343	7,00
3.1. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	367	343	7,00
4. Exígivel Operacional	410	376	9,00
4.1. Gestão Previdencial	410	376	9,00
5. Exígivel Contingencial	3.719	2.832	31,00
5.1. Gestão Previdencial	2.071	1.265	64,00
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.648	1.567	5,00

Demonstração das Provisões Técnicas - Plano CD

(Em milhares de reais)

Descrição	2016	2015	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	893.760	770.625	16,00
1. Provisões Matemáticas	883.581	760.564	16,00
1.1. Benefícios Concedidos	338.773	212.458	59,00
Contribuição Definida	294.731	176.478	67,00
Benefício Definido	44.042	35.980	22,00
1.2. Benefícios a Conceder	544.808	548.106	(1,00)
Contribuição Definida	521.824	522.256	-
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Instituidores	194.832	181.900	7,00
Saldo de Contas - Parcela Participantes	326.992	340.356	(4,00)
Benefício Definido	22.984	25.850	(11,00)
2. Equilíbrio Técnico	7.570	6.941	9,00
2.1. Resultados Realizados	7.570	6.941	9,00
Superávit Técnico Acumulado	7.570	6.941	9,00
Reserva de Contingência	7.570	6.941	9,00
3. Fundos	1.980	2.614	(24,00)
3.1. Fundos Previdenciais	672	1.529	(56,00)
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	1.308	1.085	21,00
4. Exígivel Operacional	629	506	24,00
4.1. Gestão Previdencial	629	506	24,00

Parecer atuarial - Plano BD

CNPB: 2002.0015-29

Para fins da avaliação atuarial do Plano BD-1, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/10/2016 e posicionado em 31/12/2016. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior, com exceção da mudança da premissa de mortalidade geral e da taxa de juros real anual. Objetivando alinhar a hipótese adotada com a experiência do grupo de participantes e assistidos, a tábua de mortalidade geral AT-2000 Male Suavizada em 10% foi adotada, em substituição à tábua AT-2000 Male. O impacto dessa alteração foi uma elevação de R\$ 6.440.869 no passivo atuarial do plano, valor equivalente a 1,88% do passivo atuarial apurado em 31/12/2016. Em relação à premissa de taxa de juros real anual, houve uma elevação da taxa adotada de 5,67% a.a. para 5,70% a.a., resultando em uma redução de R\$ 1.001.237 no passivo atuarial do plano, valor equivalente a 0,29% do passivo atuarial apurado em 31/12/2016.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006. A taxa de desconto utilizada nesta reavaliação atuarial foi de 5,70% a.a., o que representou um acréscimo de 0,03 ponto percentual em comparação aos 5,67% a.a. adotados no exercício anterior. Essa alteração está adequada às exigências da legislação em vigor, em especial à Resolução CGPC n° 18/2006, Instrução Previc n° 19/2015 e Instrução Previc n° 23/2015.

O plano de benefícios aqui analisado apresenta um resultado técnico deficitário de R\$ 14.131.610,80, que representa 4,13% das provisões matemáticas. Considerando o ajuste de precificação, apurado pela Previg em R\$ 10.778.909,57, o resultado técnico ajustado do plano fica deficitário em R\$ 3.352.701,23, equivalente a 0,98% das provisões matemáticas do plano.

Conforme as novas regras de solvência, que consideram as alterações na Resolução CGPC n° 26 de 29 de setembro de 2008 realizadas durante os exercícios de 2014 e 2015, o limite máximo de déficit técnico ajustado que o Plano BD-1 pode apresentar, em 31/12/2016, sem ser necessária a elaboração de plano de equacionamento, é de R\$ 22.157.191,34, que corresponde à 6,47% das provisões matemáticas. Portanto, o déficit técnico ajustado apresentado pelo Plano encontra-se abaixo do limite máximo de déficit técnico ajustado permitido pela legislação, não sendo obrigatória a elaboração de plano de equacionamento desse déficit.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano BD-1, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta em 31/12/2016 situação de equilíbrio técnico ajustado (ETA) dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes.

Porto Alegre, 8 de Fevereiro de 2017.



Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Rua Riachuelo, 1038/906
Porto Alegre/RS
Telefone
+55 51 3228.6991
www.mirador-atuarial.com.br
mirador@mirador-atuarial.com.br



Giancarlo Giacomini Germany
Diretor Técnico - MIBA 1020



Fabrício Krapf Costa
Atuário - MIBA 2481

Parecer atuarial - Plano CD/BSPS

CNPB: 2004.0024-92

Para fins da avaliação atuarial do Plano CD, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/10/2016 (referente ao cadastro da parcela BSPS) e posicionado em 31/12/2016. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior, com exceção da mudança da premissa de mortalidade geral. Objetivando alinhar a hipótese adotada com a experiência do grupo de participantes e assistidos, a tábua de mortalidade geral AT-2000 Male Suavizada em 10% foi adotada, em substituição à tábua AT-2000 Male. O impacto dessa alteração foi uma elevação de R\$ 1.211.523 no passivo atuarial da parcela BSPS, valor equivalente a 1,81% ao passivo atuarial da parcela BSPS apurado em 31/12/2016.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006.

O Plano aqui analisado apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 7.570.089,75, que representa 11,29% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido. Considerando o ajuste de precificação, apurado pela Previg em R\$ 1.703.150,79, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 9.273.240,54, equivalente à 13,83% das provisões matemáticas do plano na modalidade benefício definido.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano CD, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta, em 31/12/2016, situação de equilíbrio técnico ajustado (ETA) dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes.

Porto Alegre, 8 de Fevereiro de 2017.



Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Rua Riachuelo, 1038/906
Porto Alegre/RS
Telefone
+55 51 3228.6991
www.mirador-atuarial.com.br
mirador@mirador-atuarial.com.br

Giancarlo Giacomin Germany
Diretor Técnico - MIBA 1020

Fabrizio Krapp Costa
Atuário - MIBA 2481

Parecer dos Auditores Independentes



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da
PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar
Florianópolis - SC.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa



opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 10 de fevereiro de 2017.

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2

Marco Antônio Hager Lückmann
Contador
CRC PR 023.456/O-6 T

Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar**, abaixo identificados, tendo examinado o Balanço Patrimonial - Consolidado levantado em 31 de dezembro de 2016, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada e a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas correspondentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, considerando o Parecer emitido em 8 de fevereiro de 2017 pela Mirador Atuarial, acompanhado das respectivas Demonstrac es Atuariais de cada um dos Planos de Benefícios administrados pela PREVIG; considerando, também, o Relatório dos Auditores Independentes, BEZ Auditores Independentes S/S, emitido em 10 de fevereiro de 2017, e as análises complementares realizadas por esse Conselho, são de opinião que as referidas Demonstrac es Contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVIG em 31 de dezembro de 2016, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIG, e emitem o presente Parecer, recomendando ao Conselho Deliberativo da PREVIG a aprovação do conjunto das Demonstrac es Contábeis do exercício de 2016.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

Osmar Osmarino Bento

Presidente do Conselho Fiscal

Guilherme Azevedo da Silva

Conselheiro Fiscal

Henrique Geraldo Folster

Conselheiro Fiscal

Parecer do Conselho Deliberativo

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado as Demonstrações Contábeis, e Notas Explicativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, dos auditores independentes, Bez Auditores S/S e do atuário externo, Mirador Assessoria Atuarial Ltda., deliberou por aprovar por unanimidade tais Demonstrações Contábeis.

Florianópolis, 07 de março de 2017.


Adir Flávio Sviderskei


Jonathas Miguel Albano


Brenna Drumond Ribeiro


Marcelo Cardoso Malta


Enio Luis Gonçalves


Pedro Camacho dos Santos


Euclides Antônio Backes


Rogério Benjamin Schmitt

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015

(em milhares de reais)

Contexto Operacional

A PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar (“PREVIG” ou “Entidade”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Seu funcionamento foi autorizado através da Portaria nº 991, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2002.

Instituída pela Tractebel Energia S.A. (“Tractebel”), hoje nominada Engie Brasil Energia S.A., a PREVIG tem como finalidade principal, na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, através de múltiplos Planos Privados por ela administrados, complementar os benefícios a que têm direito a auferir, como segurados da Previdência Social, os seus participantes e respectivos dependentes.

A PREVIG administra dois Planos de Benefícios: (i) Plano de Benefícios Definidos (“Plano BD”), no qual o valor dos benefícios a que o participante terá direito no futuro é previamente definido tendo por base fórmulas de cálculos estabelecidas no Regulamento; e (ii) Plano de Contribuição Definida (“Plano CD”), no qual a contribuição para o plano que é previamente definida e o valor do benefício que o participante irá receber no futuro depende do saldo acumulado dessas contribuições, acrescido da rentabilidade obtida com as aplicações. O primeiro foi encerrado para novas inscrições em 05 de outubro de 2004, data da aprovação do segundo, conforme comunicação da SPC efetuada através do Ofício nº 1.998 DAJUR/SPC. Uma parcela do Plano CD é formada pelo Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), devido aos participantes que optaram em manter o direito ao benefício de aposentadoria, acumulado até a data da migração, vigorando com as mesmas regras do plano de origem, o Plano BD.

Nessa mesma data, a Engie Brasil Energia firmou Convênio de Adesão com a PREVIG passando a oferecer o Plano CD aos seus empregados e dando início ao processo de migração previsto no Regulamento. A efetiva inscrição de participantes no Plano CD teve início em janeiro de 2005. O Plano CD foi instituído com as modalidades de Contribuição Definida (“CD Puro”) e de Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”) para os empregados da Patrocinadora Engie Brasil Energia e da PREVIG que optaram pela migração do Plano BD para o Plano CD.

Atualmente, o Plano CD é patrocinado pela Engie Brasil Energia, sua instituidora, Engie Brasil Participações Ltda., Tractebel Engineering Ltda., PREVIG, ELOSAÚDE Associação de Assistência à Saúde, Energia Sustentável do Brasil S.A e Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.

Os planos de benefícios são registrados na PREVIG sob os seguintes números de Cadastro Nacional de Plano de Benefícios (CNPB):

CNPB	Sigla do Plano
2002.0015-29	PREVIG BD
2004.0024-92	PREVIG CD

A PREVIG possui em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as seguintes composições de participantes, segregados por patrocinadora:

Patrocinadoras	Engie Brasil Energia		Tractebel Engennering ¹		Energia Sustentável do Brasil		Engie Brasil Participações ²		
	Situação/Ano	2016 ³	2015 ⁴	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos		1.061	1.117	428	488	327	325	57	27
Autopatrocinadores		24	26	56	46	7	9	4	2
Benefício Proporcional Diferido - BPD		31	31	17	11	4	3	5	2
Assistidos		647	560	7	7	1	-	3	1
Pensionistas		59	52	1	1	1	1	-	-
Total de Participantes		1.822	1.786	509	553	340	338	69	32

Patrocinadoras	GDF Suez Energy Brasil		PREVIG		ELOSAÚDE		PAMPA SUL		TOTAL		
	Situação/Ano	2016 ⁵	2015	2016 ⁶	2015 ⁷	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos		-	19	19	21	17	17	32	24	1.941	2.038
Autopatrocinadores		-	1	3	3	-	1	-	-	94	88
Benefício Proporcional Diferido - BPD		-	3	2	1	-	-	-	-	59	51
Assistidos		-	1	18	18	-	-	-	-	676	587
Pensionistas		-	-	-	-	-	-	-	-	61	54
Total de Participantes		-	24	42	43	17	18	32	24	2.831	2.818

1) Atual denominação da Leme Engenharia Ltda.

2) Atual denominação da GDF Suez Latin América Participações.

3) Incluído 438 do plano BD; sendo 433 assistidos (387 assist. e 46 pens.), 05 ativos e 07 BPD.

4) Incluído 439 do plano BD; sendo 421 assistidos (380 assist. e 41 pens.), 09 ativos e 09 BPD.

5) Em 2016, os participantes da GDF Suez Energy Brasil foram transferidos para Engie Brasil Participações.

6) Incluído 07 participantes assistidos do plano BD.

7) Incluído 07 participantes assistidos do plano BD.

A composição populacional por plano de benefício e idade média, está descrita a seguir:

Plano BD	2016		2015	
	Nº Participantes	Idade Média	Nº Participantes	Idade Média
Ativos	5	53	9	54
Autopatrocinadores	-	-	-	-
Benefício Proporcional Diferido - BPD	7	57	9	56
Assistidos	387	64	387	63
Pensionistas	46	62	41	65
Totais	445	-	446	-

Plano CD	2016		2015	
	Nº Participantes	Idade Média	Nº Participantes	Idade Média
Ativos	1.936	39	2.029	40
Autopatrocinadores	94	41	88	43
Benefício Proporcional Diferido - BPD	52	40	42	41
Assistidos	289	59	200	59
Pensionistas	15	49	13	46
Totais	2.386	-	2.372	-

Resumo das Principais Práticas Contábeis

A contabilidade da PREVIG é elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos Planos de Benefícios de forma a identificar, separadamente, os Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade, bem como o Plano de Gestão Administrativa (“PGA”), para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções pré-determinadas.

A PREVIG adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em notas explicativas, com a quantificação dos efeitos nas Demonstrações Contábeis.

Nos Planos BD, BSPS e PGA, todos os lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, independentemente de sua realização, e os registros relativos às contribuições de autopatrocinados e de participantes vinculados ao Plano CD (exceto BSPS) são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com os itens 8, 8.1 e 8.2, respectivamente, do Anexo C, da Resolução MPS/CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

Os registros das despesas administrativas são feitos por meio de sistema de alocação direta a cada Plano, combinados o com rateio das despesas comuns aos mesmos de forma proporcional aos respectivos recursos garantidores.

O superávit ou déficit técnico do exercício é apurado pela diferença entre a variação do ativo líquido (ativo total menos o exigível operacional, exigível contingencial e fundos não previdenciais) e a variação das provisões matemáticas.

Ocorrendo superávit, o mesmo é registrado como uma reserva de contingência até o limite de 25% das provisões matemáticas. O que ultrapassar este limite é registrado como uma reserva especial para revisão do Plano de Benefícios, conforme Art. 7º e 8º, da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Realizável

Gestão Previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pelas patrocinadoras e pelos participantes, além das contribuições contratadas devidas pela patrocinadora Engie Brasil Energia.

Gestão Administrativa

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros e gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes.

Investimentos

Foram observadas as legislações estabelecidas pelo Banco Central – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e para fins de registro considerados os critérios da Resolução CGPC/MPAS nº 04 de 30 de janeiro de 2002 e posteriores alterações Resolução MPS/CGPC nº 22 de 25 de setembro de 2006, que estabelece que os respectivos títulos devam ser registrados pelo valor efetivamente pago, e classificados, dependendo de sua categoria, em “Títulos para Negociação” e estão ajustados pelo valor de mercado e em “Títulos Mantidos até o Vencimento” que devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas a modalidade de aplicação.

Os títulos e valores mobiliários pertencentes aos planos de benefícios estão custodiados no Banco Itaú S.A.

Títulos Públicos

Os títulos públicos alocados na carteira administrada pela PREVIG são todos de emissão do Tesouro Nacional registrados como “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento” dependendo das características de cada plano de benefícios e com vencimentos variando de 2016 a 2050.

Créditos Privados e Depósitos

Os títulos privados de renda fixa são Debêntures Não Conversíveis e Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE, alguns indexados a índices de preços e outros indexadas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

Fundos de Investimentos

Os ativos pertencentes às carteiras dos Fundos Multimercados, Fundos Imobiliário, Fundos Referenciados e Fundos de Investimentos em ações estão todos precificados a valor de mercado e tem seus registros com base no valor das cotas na data do balanço. Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios têm seus ativos avaliados conforme definido em seus respectivos regulamentos.

Empréstimos

Representam o montante de recursos emprestados aos participantes ativos e assistidos nos termos das normas estatutárias e regulamentares, contabilizados pelo valor original, acrescido dos encargos contratuais auferidos até a data do balanço.

Depósito Judicial/Recursais

Registra o total depositado em juízo relativo à contingência da gestão de investimentos, atualizada mensalmente pela taxa SELIC.

Ativo Permanente

Imobilizado

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, 15% para aparelhos cinematográficos (som e projeção) e 20% para equipamentos de informática, cuja depreciação é reconhecida como uma despesa do PGA, em consonância com a Instrução MPS/SPC no 34/2009.

Intangível

No intangível são registrados os gastos com aquisições de licenças e direitos de uso de softwares e benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizados à taxa de 20% ao ano e reconhecidos como despesa do PGA. Os gastos com desenvolvimento de software também são registrados no intangível e amortizados à mesma taxa a partir de sua entrada em operação, em consonância com a Instrução MPS/SPC no 34/2009.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo A da Instrução MPS/SPC no 34/2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores vencidos e vincendos:

Período de Atraso	% Provisão
Entre 61 dias e 120 dias	25%
Entre 121 dias e 240 dias	50%
Entre 241 dias e 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

Exigível Operacional

Representa as obrigações incorridas, assim como as provisões para cobertura de riscos.

Gestão Previdencial

Registra as obrigações da Entidade em relação ao pagamento da folha de benefício e seus encargos legais, decorrentes dos Regulamentos dos Planos.

Gestão Administrativa

Registra as obrigações de ordem administrativa da Entidade.

Exigível Contingencial

Representa as provisões relacionadas às demandas judiciais de qualquer natureza, com risco provável de realização, as quais são avaliadas por consultoria jurídica.

Patrimônio Social

Patrimônio de Cobertura do Plano

Representa os Benefícios Concedidos, a Conceder e Resultados Realizados com base no Demonstrativo Atuarial dos planos de benefícios.

Provisões Matemáticas

É constituído com base na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, a qual é realizada por atuário independente, compreendendo benefícios concedidos e a conceder, tendo por base os Regulamentos dos Planos de Benefícios da Entidade.

Fundos

Registram os resultados acumulados obtidos pela Entidade com a Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, assim como o Fundo dos Investimentos constituído para quitação de empréstimos decorrente de falecimento ou inadimplência de participante.

Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição de dezembro de 2016 e 2015, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que administram os processos.

Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

Legislação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, que passou a partir da publicação da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, a denominar-se Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Foram também observadas as disposições estabelecidas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das Demonstrações Contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a ser observado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e longo prazo e refletem a posição consolidada de todos os Planos administrados pela Entidade.

Demonstrações Contábeis

De acordo com o item 17, do Anexo C, da Resolução MPS/CNPC nº 08/2011, são apresentadas as seguintes Demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) em substituição   Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdencial), Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial). Sendo a DOAP e DAL alteradas através das Resoluções MPS/CNPC nº 12/2013 e MPS/CNPC nº 16/2014, respectivamente, e a DMPS, DMAL e DPGA alteradas pela Instru o MTPS/PREVIC nº 25/2015.

Moeda Funcional e de Apresenta o

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresenta o, expressa em milhares.

Recursos do Plano de Gestão Administrativa – PGA

Custeio Administrativo

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabelece regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribui ao Conselho Deliberativo a competência de definir limites e as fontes de custeio de acordo com os regulamentos dos Planos de Benefícios, por ocasião da aprovação do orçamento anual, os quais deverão estar expressamente previstos no plano de custeio. Cabe ainda ao referido Conselho fixar os critérios quantitativos e qualitativos das despesas administrativas, indicadores de gestão e metas.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma Política de Investimentos para o PGA, a exemplo do que ocorre com os Planos de Benefícios.

Diante disto, o Conselho Deliberativo da PREVIG, por meio da deliberação DCD-044-04, em 14 de dezembro de 2009, aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2010, conforme previsto no Anexo C, item 27, da Resolução MPS/CNPC nº 08/2011.

Plano BD e Plano CD (BSPS)

De acordo com os regulamentos dos Planos, os custeios dos mesmos não contemplam a taxa de administração. A Patrocinadora Engie Brasil Energia é responsável pelas despesas administrativas da Gestão Previdencial, enquanto as despesas de investimentos são custeadas pelas rentabilidades dos Planos.

As despesas administrativas da Gestão Previdencial e de Investimentos são registradas no PGA, através de centros de custos específicos. As despesas da Gerência de Investimentos são integralmente registradas no grupo de despesas relativas aos Investimentos e as despesas das Gerências de Segurança e de Atendimento e Comunicação são integralmente registradas no grupo de despesas relativas à Gestão Previdencial. As despesas das demais áreas (Controladoria, Sistemas de Informação, Diretorias e Conselhos) são rateadas com base na proporção dos custos diretos da Gestão Previdencial e de Investimentos.

Plano de Contribuição Definida – Plano CD

As despesas administrativas são custeadas à razão de 50% para as Patrocinadoras e 50% para os participantes e assistidos.

A partir de 2008, a Patrocinadora Engie Brasil Energia passou a assumir 100% das despesas administrativas equivalentes ao Saldo de Conta Total dos seus empregados, migrados do Plano BD para o Plano CD, posicionado em 31/10/2004, desde que atendida uma das seguintes condições: (i) participante possuía vínculo empregatício com a Engie Brasil Energia em novembro de 2007, data do início da vigência do Acordo Coletivo; e (ii) participante está em gozo de complementação de aposentadoria ou pensão, sem que estas tenham sido iniciadas a partir da situação de participante na condição de autopatrocinador ou Benefício Proporcional Diferido (BPD).

Consolidação das Demonstrações Contábeis

Eliminações das transações entre planos

Os saldos ativos e passivos resultantes das transações entre planos foram eliminados quando da elaboração do Balanço Patrimonial Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

	2016				2015			
	BD	CD	PGA	Total	BD	CD	PGA	Total
Gestão Administrativa – Contas a Receber	-	-	601	601	-	-	487	487
Gestão Previdencial – Contas a Receber	-	1	-	1	-	1	-	1
Total do Ativo	-	1	601	602	-	1	487	488
Gestão Administrativa – Outras Exigibilidades	-	-	(499)	(499)	-	-	(403)	(403)
Gestão Previdencial – Outras Exigibilidades	(89)	(14)	-	(103)	(72)	(13)	-	(85)
Total do Passivo	(89)	(14)	(499)	(602)	(72)	(13)	(403)	(488)

Realizável

Gestão Previdencial

Registra os recursos a receber referente a contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, com vencimento em janeiro de 2017, contribuições contratadas e outros valores inerentes à atividade de natureza previdenciária.

	2016			2015		
	BD	CD	Consolidado	BD	CD	Consolidado
Contribuições do mês	31	-	31	18	-	18
Contribuições Contratadas	17.741	1.429	19.170	18.712	1.537	20.249
Recursos a Receber	17.772	1.429	19.201	18.730	1.537	20.267
Outros Créditos a Receber	1.424	-	1.424	1.063	-	1.063
Outros Realizáveis *	1.424	-	1.424	1.063	-	1.063
	19.196	1.429	20.625	19.793	1.537	21.330

* Patrocinadora (ver nota 6.1)

Contribuições Contratadas

Os valores registrados como contribuições contratadas correspondem aos seguintes contratos firmados entre a Entidade e a Patrocinadora Engie Brasil Energia:

a) Contrato Particular de Financiamento da Insuficiência de Cobertura das Reservas Matemáticas decorrentes do processo de migração, firmado em 28/04/2006 e seu Termo Aditivo nº 1, firmado em 28/09/2009, no montante de R\$ 16.487, decorrente do processo de migração do Plano BD para o Plano CD, em 31/07/2005. Em 31/12/2016, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - tranche 1: até abril de 2022 e tranche 2: finalizado em abril de 2014; (ii) encargos - tranche 1: INPC divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações mensais - tranche 1: calculadas com base no sistema francês de amortização; (iv) saldo devedor - tranche 1: R\$ 10.396 (R\$ 8.967 Plano BD e R\$ 1.429 Plano CD/BSPS), (R\$ 11.184 em 2015);

b) Contrato Particular de Financiamento da diferença de Reserva Matemática proveniente da elevação do piso mínimo de benefícios do Plano BD, firmado em 28/09/2009, no montante de R\$ 1.329. Em 31/12/2016, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - até setembro de 2024; (ii) encargos – INPC, do IBGE, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações anuais - calculadas com base no sistema francês de amortização; e (iv) saldo devedor R\$ 1.489, (R\$ 1.519 em 2015);

c) Contrato Particular de Financiamento de Provisão Matemática a Constituir, firmado em 27/03/2006, no montante de R\$ 6.396, correspondente ao saldo de Provisão Matemática a Constituir, apurada no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial do Plano BD em 31/12/2004. Em 31/12/2016, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - até dezembro de 2023; (ii) encargos – INPC, do IBGE, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações mensais - calculadas com base no sistema francês de amortização; e (iv) saldo devedor - R\$ 7.285, (R\$ 7.546 em 2015).

Gestão Administrativa

Registra os recursos a receber referentes ao custeio administrativo de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, com vencimento em janeiro de 2017, adiantamentos a empregados e outros valores inerentes à atividade de administração dos Planos de Benefícios.

	2016			2015		
	PGA BD	PGA CD	Consolidado	PGA BD	PGA CD	Consolidado
Contribuições para Custeio Administrativo	215	27	242	345	77	422
Outros Créditos (*)	62	-	62	55	-	55
	277	27	304	400	77	477

(*) Em atendimento à letra “k”, do item 30, do Anexo “A”, da Instrução SPC nº 34/2009, o detalhamento dos saldos é o seguinte:

	PGA BD	
	2016	2015
Credores - Terceiros	4	2
Responsabilidade de Empregados	41	45
Despesas Antecipadas	17	8
Outros Créditos	62	55

Investimentos

Registra as aplicações dos recursos dos Planos de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

	2016				2015			
	Plano				Plano			
	BD	CD	PGA	Consolidado	BD	CD	PGA	Consolidado
RENDA FIXA	303.629	850.198	4.580	1.158.407	285.986	728.445	4.162	1.018.593
Aplicações em Instituições Financeiras	20.110	641.628	4.580	666.318	8.606	581.493	4.162	594.261
Cotas FAQ – Renda Fixa	20.110	622.440	4.580	647.130	8.606	544.900	4.162	557.668
Certificado de Depósito Bancário - DPGE	-	19.188	-	19.188	-	36.593	-	36.593
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	283.519	185.356	-	468.875	277.380	115.530	-	392.910
Títulos de Empresas	-	23.214	-	23.214	-	31.422	-	31.422
Debêntures Não Conversíveis	-	23.214	-	23.214	-	31.422	-	31.422
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-	2.726	-	2.726	-	2.262	-	2.262
Fundo de Investimentos	-	2.726	-	2.726	-	2.262	-	2.262
Fundo Imobiliário	-	2.726	-	2.726	-	2.262	-	2.262
RENDA VARIÁVEL	-	20.870	-	20.870	1.623	20.804	-	22.427
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5.430	18.507	-	23.937	5.262	17.553	-	22.815
Empréstimos	5.467	18.698	-	24.165	5.293	17.752	-	23.045
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(37)	(191)	-	(228)	(31)	(199)	-	(230)
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	1.648	-	-	1.648	1.567	-	-	1.567
OUTROS REALIZÁVEIS	2.916	-	-	2.916	-	-	-	-
PRECATÓRIOS - Letras Tesouro Estado de Santa Catarina (LTESC) (i)	2.916	-	-	2.916	-	-	-	-
	313.623	892.301	4.580	1.210.504	294.438	769.064	4.162	1.067.664

(i) O valor reconhecido na rubrica 1.2.3.9.00.00.00 – Outros Realizáveis corresponde ao percentual de 20,8320% a ser recebido da Fundação Elos, do valor total dos precatórios relativo ao processo nº 023.01.032963-6/003, com trânsito em julgado na ação judicial movida pela ELOS para reivindicar o pagamento dos títulos, Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LTESC. O pagamento de tais papéis não foi honrado pelo Estado de Santa Catarina em seu vencimento, fato este que motivou o processo judicial mencionado acima.

O efetivo recebimento se dará somente no recebimento dos valores pela Fundação ELOS, a qual repassará o recurso financeiro à PREVIG.

Categorias dos Títulos e Valores Mobiliários

Atendendo às disposições estabelecidas no Art. 8º, da Resolução do MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários mantidos pela Entidade, passíveis de classificação nas categorias de “Títulos mantidos até o vencimento” e “Títulos para negociação”, estavam assim representados em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

CONSOLIDADO									
		2016				2015			
		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação	
Tipo	Vctos	Custo Amortizado	Mercado	Mercado	Total	Custo Amortizado	Mercado	Mercado	Total
Títulos de responsabilidade do Governo Federal									
NTN-B	2016	-	-	-	-	12.541	-	-	12.541
NTN-B	2017	13.290	-	29.753	43.043	12.572	-	-	12.572
NTN-B	2018	14.261	-	-	14.261	13.755	-	-	13.755
NTN-B	2019	1.491	-	-	1.491	1.400	-	-	1.400
NTN-B	2020	24.603	-	30.308	54.911	23.024	-	13.538	36.562
NTN-B	2022	7.189	-	60.568	67.757	6.872	-	39.827	46.699
NTN-B	2023	1.197	-	-	1.197	1.124	-	-	1.124
NTN-B	2024	45.951	-	-	45.951	42.736	-	-	42.736
NTN-B	2030	57.455	-	-	57.455	53.892	-	-	53.892
NTN-B	2035	46.070	-	-	46.070	43.246	-	-	43.246
NTN-B	2040	46.813	-	-	46.813	43.918	-	-	43.918
NTN-B	2045	20.674	-	-	20.674	19.355	-	-	19.355
NTN-B	2050	69.252	-	-	69.252	65.110	-	-	65.110
		348.246	-	120.629	468.875	339.545	-	53.365	392.910
Aplicações em Instituições não Financeiras									
Debêntures BNDESPAR	2017	-	9.548	-	9.548	-	8.892	-	8.892
Debêntures Duke Energy	2021	-	12.226	-	12.226	-	11.437	-	11.437
Debêntures TEPE	2025	-	1.440	-	1.440	-	11.093	-	11.093
		-	23.214	-	23.214	-	31.422	-	31.422
Aplicações em Instituições Financeiras									
DPGEs	2016	-	-	-	-	-	19.812	-	19.812
DPGEs	2017	-	19.188	-	19.188	-	16.781	-	16.781
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI	-	-	-	670.726	670.726	-	-	582.357	582.357
		-	19.188	670.726	689.914	-	36.593	582.357	618.950
		348.246	42.402	791.355	1.182.003	339.545	68.015	635.722	1.043.282

Entende-se como “Títulos mantidos até o vencimento” os papéis cuja intenção é a manutenção em carteira até o vencimento, desde que seu prazo de vencimento seja inferior a 12 meses, e classificada como baixo risco de crédito. A categoria “Títulos para negociação” compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem negociados a qualquer momento, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento.

PLANO BD							
		2016			2015		
		Títulos mantidos até o vencimento	Títulos para negociação		Títulos mantidos até o vencimento	Títulos para negociação	
Tipo	Vctos	Custo Amortizado	Mercado	Total	Custo Amortizado	Mercado	Total
Títulos de responsabilidade do Governo Federal (*)							
NTN-B	2016	-	-	-	11.401	-	11.401
NTN-B	2017	11.946	-	11.946	11.300	-	11.300
NTN-B	2018	12.678	-	12.678	12.229	-	12.229
NTN-B	2020	24.603	-	24.603	23.024	-	23.024
NTN-B	2024	39.406	-	39.406	36.576	-	36.576
NTN-B	2030	43.236	-	43.236	40.511	-	40.511
NTN-B	2035	39.439	-	39.439	36.999	-	36.999
NTN-B	2040	30.265	-	30.265	28.379	-	28.379
NTN-B	2045	20.674	-	20.674	19.355	-	19.355
NTN-B	2050	61.272	-	61.272	57.606	-	57.606
		283.519	-	283.519	277.380	-	277.380
Aplicações em Instituições Financeiras							
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI		-	20.110	20.110	-	10.229	10.229
		283.519	20.110	303.629	277.380	10.229	287.609

As NTN-Bs do Plano BD que estão marcadas na curva contam com um patrimônio de R\$ 283.519 em 30/12/2016.

Caso fossem marcados a preço de mercado este patrimônio teria um aumento de R\$ 9.551, totalizando R\$ 293.070 em 30/12/2016.

PLANO CD									
		2016				2015			
		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação	Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação		
Tipo	Vctos	Custo Amortizado	Mercado	Mercado	Total	Custo Amortizado	Mercado	Mercado	Total
Títulos de responsabilidade do Governo Federal									
NTN-B	2016	-	-	-	-	1.140	-	-	1.140
NTN-B	2017	1.344	-	29.753	31.097	1.272	-	-	1.272
NTN-B	2018	1.583	-	-	1.583	1.526	-	-	1.526
NTN-B	2019	1.491	-	-	1.491	1.400	-	-	1.400
NTN-B	2020	-	-	30.308	30.308	-	-	13.538	13.538
NTN-B	2022	7.189	-	60.568	67.757	6.872	-	39.827	46.699
NTN-B	2023	1.197	-	-	1.197	1.124	-	-	1.124
NTN-B	2024	6.545	-	-	6.545	6.160	-	-	6.160
NTN-B	2030	14.219	-	-	14.219	13.381	-	-	13.381
NTN-B	2035	6.631	-	-	6.631	6.247	-	-	6.247
NTN-B	2040	16.548	-	-	16.548	15.539	-	-	15.539
NTN-B	2050	7.980	-	-	7.980	7.504	-	-	7.504
		64.727	-	120.629	185.356	62.165	-	53.365	115.530
Aplicações em Instituições não Financeiras									
Debêntures BNDESPAR	2017	-	9.548	-	9.548	-	8.892	-	8.892
Debêntures Duke Energy	2021	-	12.226	-	12.226	-	11.437	-	11.437
Debêntures TEPE	2025	-	1.440	-	1.440	-	11.093	-	11.093
		-	23.214	-	23.214	-	31.422	-	31.422
Aplicações em Instituições Financeiras									
DPGEs	2016	-	-	-	-	-	19.812	-	19.812
DPGEs	2017	-	19.188	-	19.188	-	16.781	-	16.781
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI	-	-	-	646.036	646.036	-	-	567.966	567.966
		-	19.188	646.036	665.224	-	36.593	567.966	604.559
		64.727	42.402	766.665	873.794	62.165	68.015	621.331	751.511

As NTN-Bs do Plano CD que estão marcadas na curva contam com um patrimônio de R\$ 64.727 em 30/12/2016.

Caso fossem marcados a preço de mercado este patrimônio teria uma redução de R\$ 2.667, totalizando R\$ 62.060 em 30/12/2016.

Plano PGA			
		2016	2015
		Títulos para negociação	Títulos para negociação
Tipo		Mercado	Mercado
Aplicações em Instituições Financeiras			
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI		4.580	4.162

O valor de mercado dos títulos de responsabilidade do Governo Federal mantidos até o vencimento foi apurado com base em dados de negociação divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANBIMA.

A classificação na categoria de “Títulos mantidos até o vencimento” está consubstanciada na capacidade financeira da Entidade de cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis.

Títulos por Gestor

Os “Títulos mantidos até o vencimento” e os “Títulos para negociação” estão sob a administração dos seguintes gestores:

Gestor - CONSOLIDADO	2016	2015
Votorantim Asset Management (2)	599.027	520.331
Itaú Unibanco (2)	24.646	12.735
Brasil Plural Gestão de Recursos (1)	16.242	14.847
Vinci Partners (1)	11.309	11.242
Sul América Investimentos (2)	4.992	4.830
BRZ Investimentos (1)	4.114	6.416
Atmos Capital (5)	4.077	-
Rio Bravo (1)	2.726	2.262
Ibiuna Investimentos (1)	2.521	2.123
Quest Investimentos (4)	569	474
Bradesco Asset Management (1)	371	186
BRL Trust (3)	132	98
Tarpon Investimentos (2)	-	4.281
Fator Administração de Recursos Ltda. (2)	-	1.587
BNY Mellon Arx Investimentos (1)	-	945
	670.726	582.357
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs, DPGEs, Debêntures (2)	511.277	460.925
	1.182.003	1.043.282

Custodiantes:

- (1) Banco Bradesco S/A
- (2) Banco Itaú Unibanco
- (3) Banco Citibank S/A
- (4) Banco BTG Pactual
- (5) BNY Mellon Banco

Gestor - PLANO BD		
Itaú Unibanco (1)	20.066	8.573
Tarpon Investimentos (1)	-	1.223
Fator Administração de Recursos Ltda. (1)	-	400
BRL Trust (2)	44	33
	20.110	10.229
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs (1)	283.519	277.380
	303.629	287.609

Custodiantes:

- (1) Banco Itaú Unibanco
- (2) Banco Citibank S/A

Gestor - PLANO CD		
Votorantim Asset Management (2)	599.027	520.331
Brasil Plural Gestão de Recursos (1)	16.242	14.847
Vinci Partners (1)	11.309	11.242
Sul América Investimentos (2)	4.992	4.830
BRZ Investimentos (1)	4.114	6.416
Atmos Capital (5)	4.077	-
Rio Bravo (1)	2.726	2.262
Ibiuna Investimentos (1)	2.521	2.123
Quest Investimentos (4)	569	474
Bradesco Asset Management (1)	371	186
BRL Trust (3)	88	65
Tarpon Investimentos (2)	-	3.058
Fator Administração de Recursos Ltda. (2)	-	1.187
BNY Mellon Arx Investimentos (1)	-	945
	646.036	567.966
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs, DPGEs, Debêntures (2)	227.758	183.545
	873.794	751.511

Custodiantes:

- (1) Banco Bradesco S/A
- (2) Banco Itaú Unibanco
- (3) Banco Citibank S/A
- (4) Banco BTG Pactual
- (5) BNY Mellon Banco

PLANO PGA		
Gestor - PGA		
Itaú Unibanco (1)	4.580	4.162
	<u>4.580</u>	<u>4.162</u>
	<u>4.580</u>	<u>4.162</u>

Custodiantes:

(1) Banco Itaú Unibanco

Limites de Investimentos

A Entidade está enquadrada nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, a qual disciplina a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Ajuste de Precificação

A Resolução MPS/CNPC nº 16 de 19 novembro de 2014, estabeleceu as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Dispõe sobre o ajuste de precificação dos títulos públicos federais. Ressalta-se que os ajustes de precificação não são objeto de registro contábil.

Plano BD

O valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2016, demonstrados no quadro abaixo apresenta resultado positivo de R\$ 10.779.

NTN-B's calculadas à taxa de juros da avaliação atuarial			
Título	Vencimento	Quantidade	30/12/2016
NTN-B	15.05.2017	4.000	11.922
NTN-B	15.08.2018	4.000	12.137
NTN-B	15.08.2020	8.235	25.113
NTN-B	15.08.2024	14.557	44.789
NTN-B	15.08.2030	14.756	45.851
NTN-B	15.05.2035	13.558	41.782
NTN-B	15.08.2040	10.370	32.551
NTN-B	15.05.2045	8.418	26.151
NTN-B	15.08.2050	17.100	54.002
		94.994	294.298

NTN-B's ao custo amortizado			
Título	Vencimento	Quantidade	30/12/2016
NTN-B	15.05.2017	4.000	11.946
NTN-B	15.08.2018	4.000	12.678
NTN-B	15.08.2020	8.235	24.603
NTN-B	15.08.2024	14.557	39.406
NTN-B	15.08.2030	14.756	43.236
NTN-B	15.05.2035	13.558	39.439
NTN-B	15.08.2040	10.370	30.265
NTN-B	15.05.2045	8.418	20.674
NTN-B	15.08.2050	17.100	61.272
		94.994	283.519

Ajuste de precificação
30/12/2016
(24)
(541)
510
5.383
2.615
2.343
2.286
5.477
(7.270)
10.779

Plano Contribuição Definida (modalidade BPS)

Considerando a mesma metodologia mencionada no item anterior, a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2016, demonstrados no quadro abaixo apresenta resultado positivo de R\$ 1.703.

NTN-B's calculadas à taxa de juros da avaliação atuarial				NTN-B's ao custo amortizado				Ajuste de precificação	
Título	Vencimento	Quantidade	30.12.2016	Título	Vencimento	Quantidade	30.12.2016	30.12.2016	
NTN-B	15.05.2017	450	1.345	NTN-B	15.05.2017	450	1.344	1	
NTN-B	15.08.2018	500	1.532	NTN-B	15.08.2018	500	1.583	(51)	
NTN-B	15.05.2019	500	1.522	NTN-B	15.05.2019	500	1.491	31	
NTN-B	15.08.2022	2.100	6.641	NTN-B	15.08.2022	2.100	7.189	(548)	
NTN-B	15.05.2023	400	1.254	NTN-B	15.05.2023	400	1.197	57	
NTN-B	15.08.2024	2.100	6.730	NTN-B	15.08.2024	2.100	6.545	185	
NTN-B	15.08.2030	4.450	14.722	NTN-B	15.08.2030	4.450	14.219	503	
NTN-B	15.05.2035	1.950	6.490	NTN-B	15.05.2035	1.950	6.631	(141)	
NTN-B	15.08.2040	5.400	18.498	NTN-B	15.08.2040	5.400	16.548	1.950	
NTN-B	15.08.2050	2.200	7.696	NTN-B	15.08.2050	2.200	7.980	(284)	
		20.050	66.430			20.050	64.727	1.703	

Exigível Operacional

Gestão Previdencial

Registra os valores a pagar assumidos nos Planos de Benefícios e as retenções a recolher incidentes sobre estes.

	2016			2015		
	BD	CD	Consolidado	BD	CD	Consolidado
Retenções de Tributos	321	614	935	296	493	789
Outras Obrigações	-	1	1	8	-	8
	321	615	936	304	493	797

Gestão Administrativa

Registra os valores a pagar assumidos no PGA da Entidade, inclusive as provisões de férias e 13º salário dos empregados e as retenções a recolher incidentes sobre estes.

	2016			2015		
	PGA BD	PGA CD	Consolidado	PGA BD	PGA CD	Consolidado
Provisões Férias	213	-	213	163	-	163
Obrigações Trabalhistas	475	-	475	432	-	432
Encargos/Tributos a Recolher	148	22	170	140	23	163
Contribuições para Custeio	96	-	96	215	47	262
Prestadores de Serviços	142	22	164	203	17	220
	1.074	44	1.118	1.153	87	1.240

Exigível Contingencial

Gestão Previdencial

Os processos judiciais interpostos por participantes assistidos possuem valor estimado de R\$ 47.092, dos quais R\$ 2.071 (R\$ 1.265 em 2015) encontram-se provisionados devido à indicação da consultoria jurídica quanto a sua provável realização, conforme discriminado a seguir:

Risco	2016	2015	Situação
Provável	2.306	1.325	Provisionado
Possível	295	339	Não Provisionado
Remoto	44.491	34.898	Não Provisionado
	47.092	36.562	

No quadro abaixo, são demonstrados os principais riscos por natureza:

Risco	2016			2015		
	Trabalhista	Previdencial	Total	Trabalhista	Previdencial	Total
Provável	1.659	647	2.306	1.183	142	1.325
Possível	295	-	295	-	339	339
Remoto	43.768	723	44.491	31.208	3.690	34.898
	45.722	1.370	47.092	32.391	4.171	36.562

Ressalta-se que, muito embora alguns desses processos tenham sido ajuizados contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS (“Fundação ELOS”), ex-administradora do plano BD, a responsabilidade legal é da PREVIG, haja vista a transferência dos ativos e passivos dos participantes reclamantes de uma entidade para a outra.

A patrocinadora Engie Brasil Energia declarou, em carta formal, que irá assumir os custos e despesas de responsabilidade da patrocinadora das ações decorrentes de reclamações de natureza trabalhista, havendo sentença favorável à parte contrária, incluindo o impacto nas Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios decorrente de eventual revisão do valor de aposentadoria paga aos Participantes. Por esse motivo a PREVIG registrou no seu ativo realizável, o compromisso assumido com a patrocinadora Engie Brasil Energia, no valor de R\$ 1.424 relativos aos reembolsos dos processos judiciais mencionados.

Gestão Administrativa

Como consequência de uma ação trabalhista promovida contra a PREVIG, à Entidade registrou em dezembro de 2016, no plano de gestão administrativa – PGA, o valor contingencial de R\$ 235 (R\$ 60 em 2015). O processo foi movido por ex-colaborador, cujo objeto refere-se à indenização por doença de trabalho e dano moral, e se encontra em fase de julgamento.

Investimentos

Estão provisionados os valores relativos ao contencioso judicial que busca desonerar a PREVIG do pagamento da CPMF na transferência de recursos financeiros da Fundação ELOS correspondente ao patrimônio dos participantes do Plano BD transferidos para a PREVIG e sua consequente reaplicação no mercado financeiro, ocorrida no ano de 2003. Em 31/12/2016, o saldo é de R\$ 1.648 (R\$ 1.567 em 2015).

A PREVIG interpôs Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, para os quais aguardam julgamento.

Patrimônio Social

Patrimônio Social

Formado pelo patrimônio de cobertura dos Planos Previdenciais e pelos Fundos Previdenciais, Administrativos e dos Investimentos.

Hipóteses Atuariais

A empresa MIRADOR ATUARIAL apresentou estudos de adequação das hipóteses (premissas) adotadas pelo Plano, realizados em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, quando da realização de estudos técnicos de que tratam os itens 2.4 e 4.1 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, através dos Relatórios MIRADOR 0794/16 e 0795/16 (hipóteses econômicas e financeiras) e MIRADOR 1026/16 e 1027/16 (hipóteses biométricas e demográficas).

As premissas adotadas pelo plano foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVIG, em sua 77ª Reunião Ordinária, realizada em 27/09/2016, na qual a Mirador apresentou os resultados dos estudos de adequação das hipóteses, conforme legislação aplicável ao encerramento do exercício de 2016.

O Conselho Deliberativo da PREVIG aprovou a manutenção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT-2000 (masculina - Male) ” para a Tábua “AT-2000 Suavizada em 10% (masculina) ” nesta reavaliação atuarial de 31/12/2016, estando à entidade adequada ao disposto na Resolução MPS/CNPC nº 09 de 29 de novembro de 2012, quanto à adoção de Tábua Biométrica de Mortalidade Geral.

Plano de Benefício Definido – BD

Premissas	2016	2015
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	5,70% a.a.	5,67% a.a.
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	100,00%	100,00%
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%	97,50%
Plano de Custeio vigente	Contribuição Normal de Ativos (com contrapartida do Patrocinador) e Assistidos. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.	Contribuição Normal de Ativos (com contrapartida do Patrocinador) e Assistidos. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.
Taxa de Carregamento	0,00%	0,00%
Taxa de Administração	0,00%	0,00%
Taxa de Crescimento Real Salarial	0,56% a.a.	0,56% a.a.

Quanto às hipóteses econômicas e financeiras, o Conselho Deliberativo aprovou a alteração no Plano BD da taxa real de juros de 5,67% ao ano para 5,70% ao ano. A referida taxa está adequada ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos do Plano BD e encontra-se dentro dos limites estabelecidos pela Resolução MPS/CNPC nº 15 de 19 de novembro de 2014, que altera a Resolução MPS/CGPC nº 18 de 28 de março de 2006, que, considerando a duração do passivo do Plano BD no encerramento do exercício anterior, de 10,41 anos, resulta em um limite inferior de 4,34% a.a. (3,69% em 2015) e um limite superior de 6,60% a.a. (5,67% em 2015), conforme limites apresentados na Portaria PREVIG nº 186 de 28 de abril de 2016 e o disposto na Instrução PREVIG nº 19 de 4 de fevereiro de 2015.

Biométricas		
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 Male Suavizada em 10,00%	Tábua AT-2000 Male
Entrada em Invalidez	Tábua Light Média	Tábua Light Média
Mortalidade de inválidos	AT-83 Male (IAM)	AT-83 Male (IAM)
Demográficas		
Rotatividade (<i>turnover</i>)	N/A	N/A
Entrada de novas gerações	O plano não permite o ingresso de novos participantes	O plano não permite o ingresso de novos participantes
Estrutura Familiar	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva

(*) Família média, modelo Mirador, com os seguintes parâmetros: Homem 5 anos mais velho do que mulher e 85% do grupo casado.

Plano de Contribuição Definida – CD (modalidade BPS)

Premissas	2016	2015
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	N/A	N/A
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%	97,50%
Plano de Custeio vigente	Apenas Aposentados pagam contribuição normal. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.	Apenas Aposentados pagam contribuição normal. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.
Taxa de Carregamento	0,00%	0,00%
Taxa de Administração	0,00%	0,00%
Taxa de Crescimento Real Salarial	N/A	N/A

Quanto às hipóteses econômicas e financeiras, o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção para o Plano CD, parcela BPS, da taxa real de juros de 5,00% ao ano. A referida taxa está adequada ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos do Plano CD, parcela BPS, e encontra-se dentro dos limites estabelecidos pela Resolução MPS/CNPC nº 15 de 19 de novembro de 2014, que altera a Resolução MPS/CGPC nº 18 de 28 de março de 2006, que, considerando a duração do passivo do Plano CD, parcela BPS, no encerramento do exercício anterior, de 11,66 anos, resulta em um limite inferior de 4,35% a.a. (3,71% em 2015) e um limite superior de 6,61% a.a. (5,70% em 2015), conforme limites apresentados na Portaria PREVIC nº 186 de 28 de abril de 2016 e o disposto na Instrução PREVIC nº 19 de 4 de fevereiro de 2015.

Biométricas		
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 Male Suavizada em 10,00%	Tábua AT-2000 Male
Entrada em Invalidez	Tábua Light Média	Tábua Light Média
Mortalidade de inválidos	AT-83 Male (IAM)	AT-83 Male (IAM)
Demográficas		
Rotatividade (<i>turnover</i>)	N/A	N/A
Entrada de novas gerações	Nula	Nula
Estrutura Familiar	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva.	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva.

(*) Família média, modelo Mirador, com os seguintes parâmetros: Homem 4 anos mais velho do que mulher e 85% do grupo casado.

Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são constituídas sob as bases atuariais apuradas pela empresa MIRADOR ATUARIAL, responsável pelos Planos de Benefícios BD e CD, administrados pela Entidade, as quais foram documentadas através do Relatório da Avaliação Atuarial Planos BD e CD nº 0129/2017, e seus anexos, emitido em fevereiro de 2017, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

De acordo com o relatório, o patrimônio de cobertura do plano, constituído através das provisões matemáticas é composto da seguinte forma:

	2016			2015		
	Plano BD	Plano CD	Consolidado	Plano BD	Plano CD	Consolidado
Benefício Concedidos						
Saldo de contas	-	294.731	294.731	-	176.478	176.478
Valor Atual de Benefícios Futuros	330.197	44.042	374.239	306.101	35.980	342.081
	330.197	338.773	668.970	306.101	212.458	518.559
Benefícios a Conceder						
Saldo de contas	-	521.824	521.824	-	522.256	522.256
Valor Atual de Benefícios Futuros	12.549	22.984	35.533	13.333	25.850	39.183
Valor Atual de Contribuições Futuras	(285)	-	(285)	(363)	-	(363)
	12.264	544.808	557.072	12.970	548.106	561.076
	342.461	883.581	1.226.042	319.071	760.564	1.079.635

Benefícios Concedidos

Saldo de Contas

O Saldo de Contas no valor de R\$ 294.731, refere-se ao Saldo de Contas Total dos participantes e dependentes em gozo de renda mensal de aposentadoria ou pensão por morte do Plano CD (exceto BSPS).

Valor Atual dos Benefícios Futuros

O Valor Atual dos Benefícios Futuros, no valor de R\$ 374.239, correspondem aos benefícios a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada do Plano BD e da modalidade BSPS do Plano CD.

Benefícios a Conceder

Saldo de Contas

O valor de R\$ 521.824, refere-se ao Saldo de Conta Total dos participantes que ainda não estão em gozo de renda mensal de aposentadoria do Plano CD (exceto BSPS).

O valor de R\$ 35.533 corresponde aos valores dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual, que ainda não estão em gozo de benefícios de prestação continuada, do Plano BD e da modalidade BSPS do Plano CD;

Valor Atual das Contribuições Futuras

O valor de R\$ (285) corresponde ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a ser coberto pela patrocinadora Engie Brasil Energia e pelos integrantes da geração atual do Plano BD, que ainda não estão em gozo de benefícios de prestação continuada.

Resultados Realizados

Plano de Benefícios Definidos - BD

O Resultado da Avaliação Atuarial demonstrou que o Plano BD apresenta, em 31/12/2016, um déficit técnico acumulado de R\$ 14.132 (R\$ 8.384 em 2015), equivalentes a 4,13% (2,63% em 2015) das provisões matemáticas do Plano BD no valor de R\$ 342.461 (R\$ 319.071 em 2015).

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela PREVIG em R\$ 10.779, o resultado técnico ajustado do plano resulta em um déficit de R\$ 3.353, equivalente a 0,98% das provisões matemáticas do plano.

Conforme as novas regras de solvência, que consideram as alterações na Resolução CGPC nº 26 de 29 de setembro de 2008 realizadas durante os exercícios de 2014 e 2015, o limite máximo de déficit técnico ajustado que o Plano BD pode apresentar, em 31/12/2016, sem ser necessário a elaboração de plano de equacionamento, é de R\$ 22.157, que corresponde a 6,47% das provisões matemáticas. Portanto, o déficit técnico ajustado apresentado pelo Plano encontra-se abaixo do limite máximo de déficit técnico ajustado permitido pela legislação.

Patrimônio de Cobertura	328.329
(+) Passivo Atuarial	342.461
(+) (Déficit) Acumulado	(14.132)
(+) Ajuste de Precificação	10.779
(=) (Déficit) Acumulado (Ajustado)	(3.353)

Análise da Rentabilidade

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2016, foi de 13,18% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 13,48%, o que em termos reais, representou obter 5,39% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,67% ao ano estabelecida para 2016, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

A taxa real de juros, utilizada como taxa de desconto na avaliação dos passivos atuariais do Plano BD, foi elevada no encerramento do exercício de 2016 de 5,67% a.a. para 5,70% a.a.

Essa elevação resultou em uma redução do passivo atuarial de R\$ 1.001, representando uma redução de 0,29% nas provisões matemáticas do Plano.

Plano de Contribuição Definida – CD (modalidade BPS)

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o Plano CD (parte BPS) apresenta, em 31/12/2016, um superávit técnico acumulado de R\$ 7.570, equivalente a 11,29% das provisões matemáticas do plano na modalidade de benefício definido.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela PREVIG em R\$ 1.703, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 9.273, equivalente a 13,83% das provisões matemáticas do Plano na modalidade de benefício definido.

Portanto, sob a ótica atuarial, o Plano CD (parte BPS) encontra-se tecnicamente equilibrado.

Patrimônio de Cobertura	74.596
(+) Passivo Atuarial	67.026
(+) Superávit Acumulado	7.570
(+) Ajuste de Precificação	1.703
(-) Superávit Acumulado (Ajustado)	9.273

Análise da Rentabilidade

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano (parte BPS), ao longo de 2016, foi de 12,34% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 12,76%, o que em termos reais, representou obter 4,61% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,00% ao ano estabelecida para 2016, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

Plano de Contribuição Definida – CD (exceto BPS)

A parcela do Ativo Líquido deste Plano comprometida com as contas individuais de participantes obteve, durante os exercícios de 2016 e 2015, os percentuais de rentabilidade nominal líquida, por perfil, da seguinte ordem:

Plano CD - CNPB - 2004002492				
Tipo de Perfil	Qtde de Participantes	Volume de Recursos	Rentabilidades (%)	
			2016	2015
Perfil RF	1508	535.825	14,26	14,13
Perfil MIX I	420	187.680	14,43	12,87
Perfil MIX II	221	56.623	15,11	10,05
Perfil MIX III	237	36.427	15,76	7,29
Total Geral	2.386	816.555	14,45	12,78

Fundos

Gestão Previdencial

O Fundo da Gestão Previdencial é constituído pela aplicação de multa por eventual atraso de pagamento de contribuições, de acordo com o inciso III do Art. 54, e pelas sobras de contribuições previstas no Art. 59 do Regulamento do Plano CD acrescido da rentabilidade obtida no exercício.

Gestão Administrativa

O Fundo da Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescido da rentabilidade obtida no exercício.

Investimentos

O Fundo dos Investimentos, denominado Fundo para Cobertura de Empréstimos, é constituído para cobertura do saldo devedor dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de falecimento ou inadimplência dos mesmos.

A evolução dos referidos fundos foi a seguinte:

	Previdencial	Administrativo	Investimentos	Total
Saldos em 31/12/2015	1.529	4.055	1.428	7.012
(Reversão) / Constituição	(857)	98	247	(512)
Saldos em 31/12/2016	672	4.153	1.675	6.500

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente
CPF 162.751.879-72

Levi Nagano
Diretor Administrativo e
Financeiro
CPF 274.653.298-09

Regina de Souza
Diretor de Seguridade
CPF 411.288.189-49

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/O-9
CPF 775.852.249-15



PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar

CNPJ 05.341.008/0001-35
Rua Dom Jaime Câmara, 229 - 1º Andar
Ed. Frei Junípero, Centro
Florianópolis / SC CEP: 88015-120
Fone: 0800-645 0555 ou (48) 3221-5500
Fax: (48) 3221-5505
www.previg.org.br / www.facebook.com/Previg

Conselho Deliberativo

Titulares: Marcelo Cardoso Malta (Presidente do Conselho Deliberativo), Euclides Antônio Backes, Romualdo Rossato, Jonathas Miguel Albano, Brena Drumond Ribeiro, Adir Flavio Sviderskei, Enio Luis Gonçalves, Rogério Benjamin Schmitt e Pedro Camacho dos Santos.

Suplentes: Orlando José Antunes, Leonel de Castro Brasil, Roberto Bispo Pereira, Anselmo Arlotta, Márcio de Abreu Arruda, Roberta Fogaça Pacheco, Valdeci Francisco Algayer, Lisandra Heldwein e Renato Francchetta.

Conselho Fiscal

Titulares: Henrique Geraldo Folster, Osmar Osmarino Bento, Guilherme Azevedo da Silva, Celso Ribeiro de Souza e Levi Nagano.

Suplentes: Luiz Francisco da Silva Eibs, Helder Walter e Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos.

Comitê de Investimentos

Titulares: Antônio Francisco Moser, Fernando Aires de Alencar, Eduardo Takamori Guiyotoku e Luciano de Farias.

Suplentes: Josete Muller Ledra, Patrícia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira

Muller, Gustavo Alves e Leonardo Germano Depiné.

Diretoria Executiva

Diretor Superintendente: Celso Ribeiro de Souza

Diretor Administrativo e Financeiro: Levi Nagano

Diretora de Seguridade: Regina de Souza